

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Economia

Monografia de Bacharelado

EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL:

Uma análise do ensino básico no século XXI

Luiz Fernando da Costa Castro

Matrícula nº: 113282727

Orientadora: Prof. Beatriz Azeredo

RIO DE JANEIRO

2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, que sempre estiveram presentes durante toda a minha vida, atendendo todas as necessidades emocionais e financeiras. Sem eles não seria possível receber uma boa educação, passar para a UFRJ e realizar essa monografia hoje. Tampouco sem o restante da minha família, principalmente dos meus avós maternos, seria impossível estar onde estou hoje. Eles, que nunca conseguiram seguir seus estudos, mas que conseguiram formar todos os filhos e, hoje, o primeiro neto

Agradeço também à Deus pelas oportunidades que a vida me apresentou e ainda apresenta. Ele, que é o Princípio de tudo, é o principal responsável pela minha vida e pelas bênçãos que recebi. Nesse sentido agradeço à minha paróquia e às pessoas de lá pelo apoio de todo domingo (e outros dias da semana).

Aos meus amigos e ao meu antigo colégio devo todo o agradecimento pelos momentos e pela ajuda em superar os problemas que enfrentamos no ensino básico.

Aos meus padrinhos de batismo por me acompanharem por toda a vida. Ao meu padrinho de crisma por me acompanhar desde 2015.

À minha orientadora, Beatriz, pelo apoio nesse trabalho do início ao fim e a disponibilidade em me auxiliar.

Por fim, devo agradecer àqueles que não conheci e aos que não estão mais aqui. Ao meu tio por todas as vezes em que ficar parado no computador assistindo-o jogar parecia a atividade mais divertida do mundo e um momento de serenidade em meio aos problemas do dia a dia. À minha avó paterna pela ajuda financeira incondicional na minha formação sem exigir nada em troca, visando dar uma educação de qualidade. Aos meus tios paternos, que já se foram, mas deixaram uma família que busca se ajudar em meio a adversidade. Ao meu avô paterno, que mesmo sem conhecer deixou, de alguma forma, a paixão pela educação e magistério no sangue.

“Senhor, dai-me força para mudar o que pode ser mudado... Resignação para aceitar o que não pode ser mudado... E sabedoria para distinguir uma coisa da outra”

(São Francisco de Assis)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
SENAC	Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Indústria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
CAPES	Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
MEC	Ministério da Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PIB	Produto Interno Bruto
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IR	Imposto de Renda
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
ITR	Imposto sobre propriedade Territorial Rural

II	Imposto de Importação
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS	Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
FPE	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	Programme for International Student Assessment
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
ONG	Organização Não-Governamental
RN	Rio Grande do Norte
USAID	United States Agency for International Development
PDT	Partido Democrático Trabalhista
RJ	Rio de Janeiro
EUA	Estados Unidos da América
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1 - Arrecadação e distribuição dos recursos de União, estados, DF e municípios - 2016	29
Quadro 1 – Programas e ações por níveis e modalidades e seus benefícios/beneficiários.....	30
Tabela 2 – Capacidade de financiamento público vinculado para a educação - 2000	32
Tabela 3 – Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)	33
Tabela 4 – Investimento Público Direto por Estudante	35
Gráfico 1 - Matrícula em creche por rede de ensino e evolução do número de matrículas por etapa de ensino.....	35
Tabela 5 – Proporção do investimento público em educação por natureza de despesa	37
Gráfico 2 – Participação relativa dos gastos por nível/etapa/modalidade e por Unidade da Federação (1995-2005).....	37
Gráfico 3 – Evolução da taxa de frequência à escola por idade (1997 – 2015) e População de 4 a 17 anos que não frequenta escola (2015).....	39
Tabela 6 – Resultados Ideb.....	40
Gráfico 4 – Índice de adequação idade-anos de escolaridade	41
Gráfico 5 – Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental	42
Gráfico 6 – Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio	42
Gráfico 7 – Adequação de formação docente no Ensino Fundamental.....	43
Gráfico 8 – Adequação de formação docente no Ensino Médio	44
Tabela 7 – Evolução da situação educacional da população brasileira (1995-2009)	46
Tabela 8 – Escolarização e distorção educacional por extratos de renda (2009)	47
Gráfico 9 – Distribuição dos adolescentes de 15 a 17 anos, por grupos de renda familiar, segundo frequência à escola e nível de ensino (1999 e 2011).....	48
Tabela 9 – Distribuição dos adolescentes de 15 a 17 anos que estão fora da escola, por grupos de renda familiar, segundo situação do trabalho	49
Tabela 10 – Distribuição das mulheres de 15 a 17 anos fora da escola, por grupos de renda familiar, segundo condição de ter tido filho	49

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	7
II – EVOLUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	8
II.1 – Período Colonial.....	8
II.2 – Período Imperial.....	9
II.3 – República Velha	10
II.4 – Era Vargas	11
II.5 – Governos Dutra, JK, Jânio e Jango (1946-1951 e 1954-1964).....	15
II.6 – Governo Militar (1964-1985).....	18
III – A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS AVANÇOS SUBSEQUENTES	21
III.1 – A Constituição de 1988.....	21
III.2 – Lei de Diretrizes e Bases.....	22
III.3 – Fundef e Fundeb	23
III.4 – Plano Nacional de Educação.....	24
III.5 – Base Nacional Comum Curricular	25
III.6 – Recente Mudanças no Ensino Médio.....	26
III.7 – Prova Brasil, Saeb e Ideb	27
IV – BALANÇO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	28
IV.1 – Cobertura	28
IV.2 – Gasto	32
IV.3 – Aprendizagem.....	38
IV.4 – Formação Docente	43
IV.5 – Desigualdade de Renda e Escolaridade	45
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. Introdução

A educação é tida como o alicerce de toda sociedade desenvolvida. Seja como forma de profissionalização ou libertação, diferentes correntes teorizam sobre o modelo ideal e finalidade dos conteúdos. Ela é fornecida por empresas privadas (colégios, institutos, fundações, etc) ou pelo Estado; enquanto para alguns a primeira forma garante a eficiência dos ambientes educacionais, a segunda garante a universalização e indiscriminação do acesso.

Tendo impacto direto sobre o bem-estar dos indivíduos, conforme avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a educação apresenta particularidades no caso brasileiro. Ela passou de privilégio de poucos para direito público obrigatório constitucional ao longo de um século. Diversas correntes teorizam sobre a função da educação para o Estado, seu papel para o indivíduo e qual o melhor modelo a ser adotado. Ainda que pertinente, essa discussão pedagógica não será aprofundada nessa monografia.

Para esse trabalho, será importante observar os primórdios da educação pública no Brasil e os avanços obtidos pós Constituição de 1988. Com base nisso, veremos as inovações nos mecanismos de financiamento para estimular a descentralização e universalização das escolas públicas, a evolução dos sistemas de avaliações nacionais para medir a qualidade do ensino e a instauração de uma base de conteúdo comum aos colégios. Além disso, será importante pontuar como mesmo diante de tantas transformações e melhoras do sistema de ensino, ainda há dificuldade em garantir os direitos constitucionais em educação e garantir a escola pública de qualidade.

Por ser um tema muito extenso, o foco será na avaliação dos indicadores nacionais e nas formas de financiamento público do ensino básico. Para isso, o capítulo 2 apresentará um breve histórico da educação pública no Brasil, desde o descobrimento até a véspera da Constituição de 1988, separado em seções para cada período histórico; no capítulo 3 falaremos sobre a atual Constituição e os avanços sociais separados em seções sobre a Lei de Diretrizes e Bases, os fundos de manutenção ao ensino, o Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular e os métodos de avaliação da educação básica; no capítulo 4 apresentaremos o balanço dos principais resultados, para isso vamos avaliar a cobertura do ensino público, o gasto governamental, os indicadores de aprendizagem, a formação dos professores e a relação entre renda e escolaridade.

2. Evolução da política pública de educação no Brasil

2.1. Período Colonial (1500-1822)

Não poderíamos falar de educação no Brasil sem mencionarmos o seu embrião ainda no período colonial. Naquela época, o Brasil era um pedaço de terra do qual os portugueses ainda não tinham consciência da riqueza material nem da importância que ganharia durante as guerras napoleônicas para Portugal.

Pouco após a descoberta, para os europeus, do Brasil, o modelo de colonização era exploratório e extrativista. Ainda assim, os jesuítas que aqui atracaram viram nos índios um povo primitivo que deveria ser catequizado ao catolicismo e nos primeiros colonos a necessidade de manter a catequese recebida na Europa. Dessa forma, tem-se início os primeiros modelos de colégio, focados na instrução e leitura da Bíblia.

Mesmo havendo colégios de diferentes ordens religiosas (beneditinos, franciscanos, oratorianos), o método jesuítico era mais disseminado pela colônia. Em Seco e Amaral (2012), vemos que seu pioneirismo, vocação missionária, padronização e estrutura foram responsáveis por fincar os alicerces do que pode ser tido como o primeiro *sistema* educacional no Brasil.

O modelo jesuíta durou alguns séculos, encontrando seu fim com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, para o cargo de primeiro ministro de Portugal. Pombal possuía o desafio de reconstruir uma metrópole decadente, com queda populacional, dependência da Inglaterra, pouco industrializada, com uma nobreza cada vez mais pobre, uma burguesia rica, porém débil e um rei absolutista que rivalizava com os ideais iluministas que se disseminavam pela Europa. Desejava reduzir a influência jesuítica e por isso expulsou essa ordem de todo o território português. Entre diversas reformas que realizou, vamos focar naquelas que tiveram impacto sobre a educação brasileira.

Seco e Amaral (2012) argumentam que mesmo tentando combater os ideais iluministas que se alastravam pela Europa, ele adaptou algumas ideias para o estado absolutista português. Entre elas, estava o entendimento de que o ensino público deveria ser fornecido pelo Estado e não por terceiros, como ordens religiosas, o que culminou com o desmantelamento do sistema educacional jesuíta não apenas em Portugal, mas principalmente no Brasil, onde os jesuítas eram a única forma integrada de educação. Isso forçou com que o Estado tivesse que suprir o vazio deixado pelos colégios jesuítas, entretanto não de forma satisfatória. Se antes haviam aulas padronizadas, com material didático único e método unificado, agora as aulas eram

avulsas e régias, com um professor dando aulas desconexas umas com as outras e levando pessoas leigas e de formação deficiente a ministrar essas aulas. Sendo assim, podemos ver que ainda que Pombal tenha tentado trazer a modernização portuguesa, para a colônia isso significou o fim do único modelo educacional que possuía e um grande golpe para o sistema de ensino, que se tornou mais deficitário.

2.2. Período Imperial (1822-1889)

As guerras napoleônicas provocaram a fuga da família real portuguesa para Brasil, o que veio a ocasionar uma série de mudanças nas relações comerciais e diplomáticas da colônia. Além disso, a revolução industrial britânica dava início ao capitalismo e sua lógica de trocas.

Vale ressaltar que a teoria econômica dominante da época enfatizava a divisão internacional do trabalho. Nessa teoria, cada país deveria especializar-se nos insumos que possuía vantagem comparativa com relação aos demais países do mundo pois isso beneficiaria o crescimento econômico mundial. Qualquer desvio a isso seria um malefício e desperdício de recursos. Portanto, os países com mais recursos naturais estavam fadados a exportação de commodities e os países industrializados a exportação de produtos manufaturados de maior valor agregado.

É nesse contexto econômico mundial que o Brasil promulga sua independência de Portugal em 1822. O país dá início a legislação de sua primeira Constituição. Nela está previsto “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos.” Em 1827 é aprovada uma lei que instrui que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”.

Os resultados dessas leis são escassos e a educação pública brasileira se encontrava em dificuldades, com falta de professores, deficiência no provimento de material e prédios públicos para o ensino e problemas administrativos.

Em 1834 ocorre o primeiro movimento em torno da descentralização das políticas públicas de educação. As províncias passaram a responsabilizar-se pelo ensino primário e secundário e ao Governo central ficou reservado o direito de fornecer o ensino superior. Isso permite a criação das chamadas escolas normais, onde ocorria a formação de professores.

É importante ressaltar a criação do Colégio Pedro II em 1837 no Rio de Janeiro, que serviu como colégio modelo para os demais, devido a presença forte da aristocracia do país. Ele provia o melhor da educação e cultura da época.

Apesar de todas as práticas descritas e adotadas pelo Império, o ensino no Brasil não avançou significativamente. Se na Constituição a educação deveria ser para todos, na prática, a educação era excludente por gênero, étnica e socialmente, ou seja, apenas homens brancos pertencentes às camadas mais ricas da sociedade tinham acesso e direito de frequentar esses espaços.

2.3. República Velha (1889-1930)

Cresce durante o Império o número de associações e jornais republicanos que, alinhados com a nova tendência econômica mundial, pregam o fim do poder moderador do imperador e uma sociedade mais democrática. Conforme salienta Neto (2015):

“Daí que, se a percepção das condições cívico-políticas da população não era favorável, surge a crença de que, pela educação, seria possível remodelar o povo, regenerá-lo para a prática política e para o trabalho. Além disso, era crença, como observou Rui Barbosa, que a grande chaga nacional era a ignorância e que, portanto, o restante de nossos males daí derivava. Sendo excluído esse problema, pela educação, todos os outros também estariam encaminhados para a solução.” (Neto, 2015)

Nesse trecho de Neto, vemos o início da germinação da ideia de educação como causa primeira de todas as demais mazelas da sociedade e também como condição fundamental para sua salvação. A educação é tida como a pedra angular sobre a qual todos os demais setores produtivos e não produtivos se sustentam, conseqüentemente deve ser ela o principal alvo na tomada de decisões de qualquer Governo.

Apesar da posição aparentemente nova e contrária a política que vigorava no Império, na prática houve poucas mudanças e as políticas se demonstraram de continuidade. A Constituição de 1891 se omite sobre a questão da educação remetendo a responsabilidade da mesma para os estados (Neto, 2015), os quais não tinham como arcar com as despesas e perpetuou a precariedade do ensino.

Aos Estados ficou obrigado apenas a criação de um colégio modelo e a liberdade de colégios particulares. Os colégios de ensino secundário eram a porta de entrada para o ensino superior, excludente e elitista, e por isso diversas reformas foram feitas para garantir que o único meio de acesso ao superior fosse através do secundário. Por outro lado, o ensino secundário se mostrou também excludente, pois os custos de matrícula, material e para se manter no colégio eram tão elevados que a população de mais baixa renda deveria contentar-se com o ensino primário, que já lhes dava a capacidade de ler, escrever e fazer contas simples. Ao Estado não estava reservada a obrigação de prover meios de subsistência dos alunos, mas

apenas de ofertar o espaço. Da mesma forma, a formação de professores foi posta em segundo plano, com o Estado pouco incentivando a formação de novos professores e mantendo restrito o número de vagas para novos educadores.

Em uma República, esperava-se que a instrução popular seria prioridade, pois essa é responsável tanto pela identidade nacional quanto pelo encontro aos valores republicanos de igualdade e liberdade. Lopes argumenta, em seu artigo de 2006, que a proliferação de colégios militares, colégio religiosos particulares e a manutenção do Colégio Pedro II são alguns dos motivos apontados por Lima Barreto, contemporâneo da primeira República, como responsáveis pela situação precária geral da educação. Ainda que esses colégios fornecessem conhecimentos sólidos, o seu distanciamento das camadas mais necessitadas da sociedade tornava-os colégios de elite que consumiam recursos que de outra forma poderiam ser utilizados na criação de mais colégios. Vale ainda ressaltar que por serem ambientes frequentados pela elite, o diploma tornou-se sinônimo de status e por isso, os pais com influência garantiam que seus filhos passariam, mesmo não tendo absorvido o conteúdo. Apesar de precária, a nova república tinha como mérito ao menos estar oferecendo educação para a população, mesmo que fosse tão elitista quanto a do Império.

A qualidade e o conteúdo das disciplinas sofriam as mesmas críticas que perduram até hoje. Se por um lado, os colégios de outrora, redutos da elite, agora universalizaram-se, por outro, a má qualidade do ensino devido a fraca formação de novos professores bem como o conteúdo pragmático que pouco tinha ligação com a realidade e com outras disciplinas sobrevive às décadas como uma crítica da sociedade ao modelo educacional.

2.4. Era Vargas (1930-1945 e 1951-1954)

A década de 30 é considerada um marco no processo de industrialização e urbanização no Brasil. Da mesma forma, o capitalismo mundial passava por um momento de turbulência com a quebra da bolsa de Nova York em 1929 acompanhado de uma nova ideologia, que acarretará em consequências sobre o modelo educacional no Brasil. Conforme aponta Andreotti:

“A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930; a Constituição de 1934 estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, e as Reformas Educacionais nos anos de 1930 e 40 demonstram que, nessas décadas, houve mudanças formais e substanciais na educação escolar do país.” (Andreotti, A. L.)

Assim como no período anterior, havia o reconhecimento por parte da nova ideologia educacional dominante de que a educação era o meio pelo qual a sociedade se reconstruiria. A educação, ainda que básica, era vista como necessária para a massa de trabalhadores demandados pelas indústrias. Consequentemente, o Estado se mobiliza para expandir a oferta de escolas e promover mudanças no sistema. Os movimentos liberalizantes iniciados na época da primeira República permaneceram durante a Era Vargas.

A nova concepção liberal de educação contrapunha a pedagogia católica. Enquanto a segunda voltava-se no método de ensino do professor, a primeira volta-se para o método de aprendizado do aluno. De acordo com Andreotti, ao novo movimento que procura alinhar essa nova concepção com a renovação da escola, visando atender ao desenvolvimento capitalista da época, foi dado o nome de Escola Nova.

Sobre o método focado no aprendizado do aluno defendido pela Escola Nova, pode-se destacar o protagonismo desse no processo de aprendizagem. De acordo com os defensores do modelo, o aprendizado se dava pelo interesse e busca do aluno e por isso buscava-se estimular a curiosidade e pesquisa dele, dando-lhe liberdade e descontração nesse processo.

Diferentemente do período da primeira República, onde reconhecia-se a importância da educação mas que nada foi feito no tocante a Constituição, o mesmo não pode se dizer sobre Vargas. Na Constituição de 34 é dedicado todo o capítulo 2 para a educação e cultura. Entre os itens que regem o novo sistema educacional vale-se destacar 5 artigos: Art 151, 152, 153, 156 e 157. Eles tratam respectivamente sobre a competência de fornecer educação dos Estados e Distrito Federal; a função do Conselho Nacional de Educação em elaborar o plano nacional de educação e aos Estados e Distrito Federal de elaborarem conselhos semelhantes a esse para elaboração de projetos dentro de seus territórios; a frequência facultativa do ensino religioso e de acordo com a confissão religiosa de cada aluno; a obrigatoriedade da União e aos municípios de aplicar ao menos 10%, e os Estados e Distrito Federal ao menos 20%, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos; e a obrigatoriedade da União, Estados e Distrito Federal de reservar parte do patrimônio territorial para a formação dos respectivos fundos de educação.

Em Bomeny (2004), vemos que o advento do Estado Novo trouxe consigo uma antítese do que vinha sendo realizado no Governo Vargas até então. A Constituição de 1937 carrega o caráter autoritário do novo período e desconstitucionaliza algumas conquistas da anterior. Alguns pontos interessantes da nova são a retirada da vinculação obrigatória da União, Estados

e Municípios; a educação primária permanece obrigatória e gratuita, entretanto para aqueles que não puderem alegar escassez de recurso torna-se mandatária uma contribuição para custear os que tem menos recursos; e, por último, é instituída a obrigação da educação física, cívica e os trabalhos manuais para todas as escolas primárias, normais e secundárias. O caráter paradoxal do novo período é que, por um lado, alguns artigos importantes foram retirados da Constituição e, por outro, a educação alcança um novo nível com as reformas encabeçadas por Gustavo Capanema, conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino. Quanto a essas reformas temos “a definição de competências entre os diferentes estratos de Governo (Municípios, Estados e União); a articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de uma rede de ensino profissionalizante” (CUNHA, 1981, p. 122).

Sobre a implantação de uma rede de ensino profissionalizante, é importante apontar que a diferença entre esse ensino e o secundário dá-se pelo objetivo aos alunos no mercado de trabalho. O Ensino secundário tradicional era responsável por formar funcionários para funções técnicas e burocráticas do Estado e os futuros ingressantes do ensino superior no país, ou seja, destinava-se à classe média. Por outro lado, o ensino profissionalizante buscava atender o ensino industrial, comercial e agrícola, focando assim no desenvolvimento da massa de trabalhadores dessa classe.

Para Otranto e Pamplona, esse debate acerca do ensino profissionalizante versus propedêutico se inicia desde a época do Brasil império. O ensino profissionalizante sempre foi visto como destinado às camadas excluídas e menos abastadas da sociedade voltado para o exercício profissional e o propedêutico para as classes elitizadas que poderiam receber a introdução dos conhecimentos, principalmente de humanas, visando o próximo estágio de ensino, o ensino superior. Era, inclusive, vedado o acesso ao maior nível de ensino para os que não tivessem cursado o propedêutico. O debate permanece durante o Governo de Vargas e, como veremos logo em seguida, não encontra solução nas importantes reformas educacionais, apenas uma tentativa de aliviar as tensões permitindo o acesso restrito ao ensino superior.

Como apontado anteriormente, o período do Estado Novo foi marcado pelas diversas leis orgânicas de Capanema, donde destacaremos algumas leis que mexeram com as diversas formas de colégio existentes na época. Essas leis alteraram a estrutura curricular, o conteúdo e tinham em sua concepção a preparação dos respectivos alunos para os desafios que viriam a enfrentar no mercado de trabalho. Ainda que essa ideia pareça buscar o bem do corpo discente, na prática estava carregada de um preconceito de gênero e social, tratando os jovens como

objeto de um plano maior de Governo, relegados a estratificação social. e restringindo as suas possibilidades de futuro desde muito cedo. Destacam-se as seguintes leis orgânicas:

- a) A Lei Orgânica do Ensino Industrial de 30 de janeiro de 1942 instituiu o ensino industrial em ciclos, básico e médio, e aqueles que concluíam esses cursos técnicos tinham previsto o acesso ao ensino superior apenas às áreas relacionadas.
- b) A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 9 de abril de 1942 reforçou o caráter de formação humanas no ensino básico e disponibilizou dois ramos no ensino médio, clássico e científico. Sendo o primeiro mais focado em linguagens e o segundo incluindo disciplinas mais práticas de desenho. Ainda nessa lei foi previsto o ensino militar ministrado pelo Ministério da Guerra e da educação religiosa facultativa. Além disso, o ensino deveria ser separado entre homens e mulheres, com as disciplinas de trabalhos manuais e orientação para a vida doméstica disciplinas dos colégios femininos.
- c) A Lei Orgânica do Ensino Comercial de 28 de dezembro de 1943 definia o ensino comercial em moldes parecidos ao ensino industrial. Também dividindo em dois ciclos, básico e médio, onde procurava-se a formação nas modalidades de Comércio de Propaganda, Administração, Contabilidade, Estatística e Secretariado. Além disso, também restringia o acesso ao ensino superior em áreas correlatas com as de formação no ensino médio. Para atingir esse fim e atender as demandas do mercado de trabalho, foi implementado um sistema próprio de escolas que ficou conhecido como Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (Xavier, 1990, p. 113) a cargo de entidades patronais.
- d) A Lei Orgânica do Ensino Primário de 2 de janeiro de 1946 regulava a participação da União no ensino primário, promovendo diretrizes e programas básicos para todo o país. Já aos Estados ficava o dever de gerir, prover professores, entre outras funções práticas. Essa lei instituiu o ensino primário em quatro anos mais um quinto para preparação aos exames de admissão dos graus médios. Além disso, a lei também instituiu o supletivo, com formação de dois anos, visando a população adulta e analfabeta.
- e) A Lei Orgânica do Ensino Normal de 2 de janeiro de 1946 regulava as escolas que visavam a formação de professores do ensino primário. Para isso foram criados três tipos de escola diferentes baseadas em ciclos; os cursos normais regionais, de primeiro ciclo; os cursos normais, de primeiro e segundo ciclos e os institutos, que

além dos ciclos, ofereciam especializações. O primeiro ciclo formava o *regente* primário (habilitado a dar aulas ao atual Ensino Fundamental II), o segundo ciclo formava o *professor* primário (habilitado a dar aulas ao atual Ensino Médio) e para os que completassem o segundo ciclo, os institutos ofereciam uma especialização que possibilitava que se tornassem administradores escolares. Além disso, assim como o ensino industrial e comercial, o ensino normal dava acesso a opções restritas de ensino superior. O Ensino Normal era visto com tamanha importância para formação de futuros profissionais, que era o único tipo de ensino onde o Governo, em casos onde não houvesse escolas normais na região, pagava as mensalidades de alunos em escolas particulares.

O Primeiro Governo Vargas (1930-1945) ficou caracterizado pela criação dos seus sistemas. Nele foi criado o Ministério da Educação e Saúde em 1930, que construiu o sistema nacional público de ensino; foram realizadas as reformas no segundo nível de ensino; a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema superior público federal; a criação do Serviço Nacional de Indústria (SENAI) em 1942 e do SENAC, citado na página anterior; a instituição da contribuição sobre folha salarial dos estabelecimentos industriais e de transporte para manutenção do sistema S; e a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que construiu o sistema de base de dados e levantamentos estatísticos.

Cronologicamente, após o primeiro Governo Vargas vem o de Dutra. Contudo, falaremos desse mais à frente e destacaremos primeiro o segundo Governo Vargas. No Segundo Governo Vargas (1951-1954) a atenção para educação foi drasticamente reduzida. Desse período destaca-se somente a separação entre o Ministério da Educação e Saúde em dois; a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para Bomeny (2004), o foco foi na criação de institutos e agências que buscassem formar e qualificar funcionários de nível superior para que essa elite pudesse conduzir e auxiliar no desempenho desenvolvimentista e alcançar os frutos desejados.

2.5. Governos Dutra, JK, Jânio e Jango (1946-1951 e 1954-1964)

No cenário internacional era o fim da Segunda Guerra Mundial, a derrota do fascismo e do nazismo e o início de uma disputa bilateral entre Estados Unidos e União Soviética. Por aqui, esse foi um período caracterizado pela redemocratização do Brasil, populismo, nacionalismo e desenvolvimento econômico aberto ao capital externo. Essa combinação trouxe

diversas mudanças ao país, como a modernização da produção agrícola, as mudanças da relação de trabalho no campo e a urbanização das cidades.

A queda de Vargas e reinício da República pediam uma nova Constituição menos ditatorial. No campo da educação, a Constituição de 1946 redefine o ensino primário como obrigatório, mas retira o caráter do Estado Novo de pagamento dos alunos com maior recurso para arcar com os de menor recurso; o ensino posterior ao primário tem gratuidade apenas para os que comprovarem falta ou insuficiência de recursos; e há a revinculação de 10% da União e 20% de Estados, Distrito Federal e Municípios da renda resultante de impostos para as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Ideologicamente, o debate foi reacendido no envio ao Congresso por parte da União em 1948 de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para definir as diretrizes da educação nacional, gerando um período de fortes contraposições sobre os rumos que ela deveria tomar. Por um lado, estavam os conservadores, tendo seu maior expoente na Igreja Católica, e a defesa das escolas privadas e por outro lado estavam os progressistas e a defesa pela escola pública. Sobre essa discussão destacamos o seguinte trecho:

“Dinheiro público, só para a escola pública. – A frase só é verdadeira, se traduzida: dinheiro do povo, só para escola do povo. Criou-se uma idéia falsa, a respeito do termo ‘público’. É como se dissessem: dinheiro oficial, só para escola oficial”. Entretanto, não há dinheiro do Estado, pois já passou o tempo do absolutismo monárquico. O dinheiro é do povo, que o entrega ao Estado, para que reverta a favor do povo. Assim escola pública é a escola que o Estado tem que abrir ao povo. No dia em que o Estado possua o seu próprio dinheiro, está certo que faça com ele o que entender. Por enquanto, não pode apossar-se do que pertence aos outros. Se a escola particular for aberta ao povo, é tão pública quanto a escola oficial. E é isto que queremos: multiplicar as escolas do povo. (RAMOS, 1961)

O trecho acima foi retirado de uma revista que apoiava a ideia da proliferação de colégios particulares e nos ajuda a entender os argumentos e camadas de discussão presentes na época. Para os defensores das escolas privadas, o que torna a escola pública não é necessariamente ser a escola oficial do Governo, mas sim ser uma escola do povo. Consequentemente, se o povo deseja uma educação particular, então é dever do Estado prover acesso a ela, pois o dinheiro que o Estado dispõe não o pertence e sim ao povo que contribui. Esse argumento busca contrapor a instalação de escolas públicas administradas pelo Estado, invertendo seu papel de provedor para financiador.

Para Bomeny (2004), a LDB teve dificuldades na sua aprovação, pois Capanema, que havia realizado as reformas de leis orgânicas durante Vargas, era deputado na Câmara e sua

influência e força travaram o avanço da nova lei, que desfaria alguns dos aspectos da Reforma Capanema. Durante esse tempo, terminou o Governo de Dutra, passou o segundo de Vargas, já comentado acima, e tomou posse Juscelino. O Governo de JK não apresentou grandes avanços na educação. O carro chefe do Governo era o Plano de Metas que pretendia fazer o Brasil avançar “50 anos em 5”, entretanto esse era um plano voltado para o desenvolvimento econômico e industrial do país e apenas uma meta genérica sobre formação de pessoal contemplava a educação.

O período seguinte foi de fortes turbulências políticas e econômicas no Brasil, consequentes do cenário internacional. Nacionalmente, ainda teve o agravante da renúncia de Jânio e nomeação de Jango, cujo Governo, segundo Faria (2012), ficou marcado pela preocupação com o analfabetismo latente e pelo surgimento de diversos movimentos pela educação de base e popular.

Depois de treze anos em trâmite, a LDB da Educação Nacional é aprovada em dezembro de 1961 e dentre seus artigos destacamos alguns pontos, separados em três categorias: Artigos gerais, onde estão os que se aplicam a diferentes graus de ensino; Artigos sobre a educação primária e média; e Artigos sobre os recursos para a Educação.

- 1) Artigos Gerais: Torna direito de todo cidadão a educação, seja na escola ou no lar; torna obrigação do poder público oferecê-la em todos os graus; dá liberdade a iniciativa privada; dá o direito a liberdade de transmissão de conhecimento; define as funções do Conselho Federal de Educação; garante autonomia flexibilidade aos Estados e Municípios levando em consideração as particularidades de cada região, desde que observadas em lei; dá a incumbência da União, Estados e Municípios de fiscalizarem as instituições de ensino particulares que estejam sob a jurisdição de cada esfera do poder público; define o tratamento igual do poder público a colégios públicos e particulares; proíbe a matrícula no ensino médio e superior de alunos que tenham reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas.
- 2) Artigos sobre a educação primária e média: Quanto à estrutura dividida em ciclos apresentada durante o período Vargas, não houve mudança, entretanto vale destacar alguns direitos e obrigações próprios desses graus de ensino. Era vedado a função pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público o pai de família ou responsável legal que não comprovasse a matrícula da criança em um estabelecimento de ensino ou que estava recebendo educação no lar; As

empresas agrícolas, industriais e comerciais onde houvesse mais de 100 trabalhadores estavam obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus funcionários e os filhos deles; Os proprietários rurais que possuíssem famílias com crianças residentes em sua terra estavam obrigados a manter escolas primárias em seu terreno, facilitar a frequência a escolas próximas ou facilitar a instalação e funcionamento de escolas em suas propriedades; no caso do ensino técnico, as empresas industriais e comerciais estavam obrigadas a manter a aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos seus menores empregados.

- 3) Artigos sobre os recursos para a Educação: A União estava obrigada a aplicar anualmente 12%, no mínimo, de sua receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e os Estados, Distrito Federal e Municípios, 20%, no mínimo; Nove décimos dos recursos federais destinados à educação seriam divididos em parcelas iguais para constituir o Fundo Nacional do Ensino Primário, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional do Ensino Superior. Estava ainda previsto que em caso de descumprimento do percentual mínimo para Educação estabelecido em lei, os Estados e Municípios não poderiam recorrer a União para atingir.

Já quanto aos movimentos de alfabetização surgidos na época, baseado na alfabetização pela aprendizagem de palavras que estivessem presentes no cotidiano do educando e o pensar crítico, Paulo Freire ficou conhecido pela sua experiência na cidade de Angicos (RN), onde alfabetizou 300 trabalhadores em 45 dias. Foi com esse resultado que chamou a atenção do presidente Goulart e fez com que fosse instituído o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) em 1964 utilizando seu sistema como base. “Art. 1º: Fica instituído o Programa Nacional de Alfabetização, mediante o uso do sistema Paulo Freire.” (Decreto nº 53.465)

Com isso podemos observar que cada vez mais a educação ganha papel de destaque na política pública brasileira. Independente da vertente de pensamento ser do mercado de trabalho determinar o ensino escolar ou o contrário, a população se mostra mais preocupada com a própria instrução. A aprovação da LDB e o surgimento de diversos movimentos demonstram que essa foi uma década fértil para o setor e com possibilidades de grandes avanços, principalmente no que tange o analfabetismo.

2.6.Governo Militar (1964-1985)

Com a justificativa de um iminente golpe de estado comunista no Brasil, ocorre o golpe militar, depondo João Goulart e as instituições democráticas. No começo, o Golpe se apresentou para a sociedade através do Ato Institucional I (AI-1) como uma revolução vitoriosa, “não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.”

Em Lessa (2007) temos a frase de Delfim Netto, então Ministro da Fazenda, “É preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo” que dá o tom da política socioeconômica em tempos de ditadura militar. A prioridade não eram as políticas sociais e de desenvolvimento igualitário, mas sim o foco no crescimento econômico, acumulação de riqueza e geração de lucro, para que quando o bolo tivesse “crescido” ele pudesse ser partilhado entre toda a nação. Esse período inaugurou uma nova fase de desenvolvimento econômico no Brasil, abrindo mão do populismo dos Governos anteriores e abrindo-se cada vez mais ao capital externo.

A ditadura no Brasil, instaurada durante o cenário internacional da Guerra Fria contra a ameaça vermelha, se aproximou naturalmente do capitalismo americano. Essa aproximação não se deu apenas de forma econômica, mas também política e culturalmente. Sobre essa aproximação na educação, podemos ressaltar os acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura – United States Agency for International Development) onde os americanos passaram a exercer influência direta na reorganização do sistema educacional brasileiro.

Com essa parceria, houve reformas tanto no ensino superior quanto no ensino médio, a extinção dos métodos de alfabetização baseados em Paulo Freire e a tentativa de contenção de movimentos alfabetizadores que eram considerados contrários à ideologia capitalista. Como ponto positivo, podemos destacar a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 1968, com o objetivo de executar as políticas educacionais do Ministério da Educação e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em 1967. Por outro lado, segundo Romeu em publicação online para a Unicamp, a “Teoria do Capital Humano” ganhou influência uma vez que a educação passou a ser vista de forma comercial, alinhando-se com a visão de escola-empresa, onde é criada uma mão de obra e consumidores desse “produto”. Dessa forma, podemos concluir que a parceria entre os dois países em muito beneficiou os EUA e em muito prejudicou o pensamento crítico dos alunos brasileiros. A mercantilização da escola retirou seu papel de transformação do indivíduo em cidadão consciente e ativo e a colocou como uma empresa. Como em qualquer relação comercial, ocorre uma troca: o cliente (país) pagam pelo produto (instrução dos filhos) e a empresa (escola) usa seus insumos (professores) para entregar o produto final. Não que o histórico do sistema educacional no Brasil fosse dos

melhores antes da ditadura, entretanto é inegável o papel dessa para o aprofundamento das crises já existentes.

Durante a década de 60, a única “significativa” mudança no ensino básico foi a criação do salário educação em 1964, pela Lei nº 4.440, tendo como base 2% do Salário Mínimo Local por empregado, mensalmente, para complementar as despesas públicas. Nessa contribuição entram as empresas vinculadas à Previdência Social. Em contraposição a isso, o ensino superior sofreu uma forte reforma em 1968. Gláucio et al (1994) enumera algumas das mudanças realizadas “extinção da cátedra e departamentalização das unidades; afirmação dos princípios da dedicação exclusiva e da associação ensino-pesquisa; introdução do sistema de créditos; “equacionamento” da questão dos excedentes, introduzindo um novo sistema de vagas e pontuações nos vestibulares unificados e classificatórios; norma autoritária das jubilações dos repentes; alterações e imposições curriculares, com a obrigatoriedade das disciplinas de educação moral e cívica”.

Já em 71 foi realizada a reforma no ensino básico através de uma nova LDB que juntou o ensino primário e ginásio em um só, transformando a obrigatoriedade escolar no dobro do tempo e alterou o ensino secundário, antes dividido em clássico, científico e normal, em ensino de 2º grau. Além disso, foi dado foco principalmente ao ensino profissionalizante, que passou a se tornar obrigatório para todas as instituições de ensino públicas ou privadas no 2º grau. Essa reforma coincidiu com o período conhecido como Milagre Econômico e justamente nele é que a ditadura justificou o ensino profissional mandatório. Para que a economia continuasse crescendo era preciso formar a mão de obra especializada e pronta para atuar imediatamente no mercado de trabalho.

De acordo com Bianca (2014), a escola incorpora o modelo tecnicista e fordista de produção em massa e padronizada. Em uma economia capitalista de expansão, não eram tão necessárias matérias de humanas, por isso passa-se a valorizar os conhecimentos de exatas. Há o agravamento do distanciamento entre professor e aluno e entre diretor e professor. No modelo educacional que se assemelha ao modelo de produção, há claras separações das tarefas de planejamento e execução, bem como do executor e seu produto. Para trabalhar em fábricas é necessária capacidade de concentração, aguentar longas jornadas, aplicação de instruções e disciplina; visto isso, procurava-se reproduzir na sala de aula o ambiente laboral.

3. A Constituição de 1988 e os avanços subsequentes

O fim da ditadura e reinício da democracia no Brasil em 1985 foi acompanhado de uma nova tendência econômica internacional, o neoliberalismo. Ele surgiu como uma forma de reação ao Estado de Bem Estar Social ainda na década de 40. Diferentemente do modelo de Bem Estar, onde o Estado intervém na economia e é seu dever suprir educação e saúde pública, previdência social, direitos trabalhistas, etc; o Estado neoliberal deseja o mínimo de intervenção estatal na economia, pois ele só causaria distorções em um sistema que, de forma contrária, seria o mais eficiente possível.

É nesse contexto de disputa ideológica internacional que o Brasil se encontra durante a formação de sua nova Constituição. Algumas dessas influências podem ser encontradas de forma direta na Constituição Federal de 1988, que não restringe o uso de recursos públicos para instituições mantidas pelo Estado, mas abre o precedente para que instituições particulares se utilizem desses fundos. A LDB, aprovada em dezembro de 1996, após 8 anos em votação se mostrou simples e sem abordar diversos pontos importantes para o setor de educação visando dar margem a futuras leis complementares.

No início da década de 90, as reformas de Estado foram encabeçadas no conceito da *publicização*. Dessa forma, incentiva-se o público que não é estatal, os recursos são públicos e o Estado financia, mas o privado executa. Também começa nesse período a ideia de que tudo que é do Estado é ruim, ineficiente, custoso, burocrático e incompetente, enquanto tudo que é privado é bom, planejado, eficiente e moderno, o que abrirá as portas para que reformas de caráter privatizante sejam realizadas. Além disso, vale ressaltar a influência que órgãos internacionais tiveram no processo de neoliberalização brasileiro, usando como moeda de troca a influência política e até ajuda financeira caso o país seguisse determinadas regras para reformar seus setores.

3.1. A Constituição de 1988

A Constituição de 1988 estabelece a educação como um direito social, sendo o Estado obrigado a ministrá-la sobre os princípios de igualdade de condições para acesso e permanência na escola, liberdade de aprendizado, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização dos profissionais da educação regular e garantia de padrão de qualidade. Ela deixa facultativo o ensino particular, mas prevê o pagamento de bolsas para os casos onde não tenha vagas suficientes na rede pública.

Quanto às competências do ensino, a Constituição determina que a União fica responsável pela medição de qualidade, função redistributiva, financiamento das instituições de ensino públicas federais e do ensino superior; aos municípios fica a atuação prioritária no ensino fundamental e infantil; aos Estados e Distrito Federal fica a atuação prioritária no ensino fundamental e médio. Pela primeira vez está prevista constitucionalmente a separação da atuação dos poderes públicos em diferentes níveis de ensino. Apesar de na prática já acontecer pela “tradição” herdada do Império, na teoria não estava delimitada constitucionalmente essa divisão. Assim se deu a municipalização do ensino com a prerrogativa de democratização. Essa descentralização gerou a competição entre municípios e Estados conforme será apresentado a seguir.

Sobre a vinculação de tributação, a União fica obrigada a aplicar, anualmente, pelo menos 18% e os Estados e Municípios 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso da União essa porcentagem se aplica sobre a receita de impostos recebidos e no caso de Estados e Municípios a receita de impostos recebidos e transferências, conforme veremos mais adiante.

Outro aspecto importante constitucionalmente está na elaboração de um plano decenal com o objetivo de integrar o sistema nacional e definir diretrizes e estratégias que busquem erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade de ensino, formar os alunos para o trabalho, promover diferentes conhecimentos para o País e estabelecer meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB. No artigo 240 da Constituição são mantidas as contribuições sociais obrigatórias previstas para financiamento do SENAC, SENAI e outras entidades do Sistema S.

3.2. Lei de Diretrizes e Bases

Conforme vimos no capítulo anterior, a primeira LDB foi aprovada em 1961 durante o Governo de João Goulart após 13 anos em tramitação e a segunda durante o Governo militar, em 1971, buscando tornar o ensino secundário em profissionalizante. Já em 1996 foi aprovada a terceira e atual.

Como de costume na história brasileira, a aprovação da LDB de 1996 foi envolta em discussões e debates entre diferentes setores da sociedade e, em especial, entre os recém-criados partidos políticos. Essa divergência começou logo após a promulgação da Constituição de 1988, quando foi enviada nova proposta de lei de diretrizes e bases para educação e que permaneceu

a partir de 1991 em votação, contudo devido ao alto volume de emendas constitucionais, acabou menos priorizada que outros projetos. Em linhas gerais, o projeto dividia os partidos de esquerda e os partidos de direita, uma vez que os primeiros apoiavam a criação de um Sistema Nacional de Educação e valorização da escola pública e os segundos defendiam a educação guiada pela escola privada.

Durante o período de espera para votação do projeto, Darcy Ribeiro, então senador pelo PDT-RJ, apresentou um novo projeto de lei que foi rapidamente aprovado pela Comissão de Educação do Senado. No novo texto, além de outros pontos, Darcy reduzia as responsabilidades do Estado na educação e tornava apenas o ensino fundamental obrigatório e gratuito. Essa nova proposta causou intensos debates, pois para os setores de esquerda a nova lei ignorava a participação dos setores civis que contribuíram para a confecção do projeto de lei anterior e abria espaço para a privatização das universidades públicas. Apesar disso, a Lei Darcy Ribeiro foi aprovada em dezembro de 1996 e sancionada pelo ex-presidente FHC.

Quanto a educação básica, alguns pontos interessantes são o estabelecimento em dois níveis de ensino, educação básica e superior, sendo a educação básica composta pela educação infantil, fundamental e ensino médio; a obrigatoriedade apenas do ensino fundamental (estendido por projeto de lei em 2013 para todo o ensino básico); o ensino religioso facultativo, mas sem ônus para o poder público; a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio; o atendimento gratuito em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos; o atendimento diferenciado a jovens com necessidades especiais; e a definição da estrutura curricular mantendo matérias tradicionais, educação física e religião (com inclusão de sociologia e filosofia em lei de 2008).

3.3.Fundef e Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi criado pela emenda constitucional 14 de 1996 durante o primeiro mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). De acordo com cartilha do MEC sobre o Fundef “O FUNDEF foi criado para garantir uma subvinculação dos recursos da educação para o Ensino Fundamental, bem como para assegurar melhor distribuição desses recursos”. Ele estimula a descentralização prevista na Constituição, pois distribui seus recursos de acordo com o número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino dos Estados e Municípios de acordo com o Censo Escolar do ano anterior, o que incentiva que as respectivas redes atraiam estudantes. Para isso é definido um valor mínimo nacional por aluno/ano. Esses

recursos devem ser aplicados 60%, no mínimo, para remuneração do magistério em exercício no Ensino Fundamental e 40%, no máximo, em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público (MEC).

Já em dezembro de 2006, durante o primeiro mandato do Governo Lula, é aprovada uma emenda constitucional que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Essa emenda é convertida na Lei nº 11.494 de junho de 2007. De acordo com o site do FNDE, o fundo é constituído quase inteiramente pelos recursos provenientes de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados constitucionalmente para a educação, complementados pelo Governo federal em casos onde o valor por aluno não atinja o valor mínimo. Apesar de ter função e regra de distribuição de recursos semelhante ao Fundef, o alvo do Fundeb não se restringe mais ao ensino fundamental somente e sim a todo o ensino básico. Essa é uma forma de estimular o gasto público nesse nível de ensino, gerido, no nível fundamental, preferencialmente, pelos municípios e, no secundário, pelos Estados

3.4. Plano Nacional de Educação

Por causa da LDB de 1961, o 1º Plano Nacional de Educação foi homologado em 1962 durante o Governo de João Goulart. Segundo Heymann, esse Plano criou o Fundo Nacional de Educação que previa a aplicação de 12% da receita de impostos da União para a constituição desse fundo, de onde os recursos seriam destinados proporcionalmente iguais para o ensino primário, médio e superior. O 2º Plano é realizado em 2001, no período FHC, e apesar de ser uma importante retomada das metas decenais de educação, ele ficou caracterizado pelos resultados insatisfatórios e por não cumprir quase nenhuma de suas metas.

O 3º e mais recente Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, estabelece que até o final da vigência deste, todas as metas expostas na Constituição deverão estar cumpridas. Para isso, deverá ser utilizado como base as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (Pnads) e dados mais recentes no momento da publicação dessa nova lei. Fica também instituída a avaliação bienal pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para averiguação do andamento das metas. Esse documento apresenta 20 metas, das quais destacaremos algumas.

- 1) Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a

atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

- 2) Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
- 3) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento.
- 4) Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica.
- 5) Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
- 6) Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.
- 7) Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio.

3.5. Base Nacional Comum Curricular

Com base no artigo 26 da LDB de 1996, é elaborada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aprovada em dezembro de 2017. Uma discussão como essa é envolta em debates e divergências, pois tenta colocar um terreno comum para a educação em meio a diferentes vertentes. O documento foi proposto pelo MEC com auxílio de especialistas, aberto a consultas públicas online e seminários presenciais regionais com alunos, professores e gestores. Os movimentos em torno da Base discutiram diversos pontos, o mais polêmico foi da inclusão de identidade de gênero. A versão aprovada exclui esse termo, mas não impede que os conselhos estaduais falem sobre o tema.

A BNCC busca definir as diretrizes educacionais comuns aos currículos dos diferentes níveis de ensino da educação básica. De acordo com o próprio site da BNCC, parte-se do pressuposto expresso na mesma LDB de que as competências e diretrizes são comuns e os currículos são diversos e dessa forma cabe à Base definir os pilares por onde as escolas devem moldar seus currículos individuais.

Até o momento estão definidas as bases para o currículo do ensino infantil e fundamental apenas. A estrutura do ensino infantil está dividida de acordo com a idade do aluno; zero a 1 ano e meio, 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses e 4 anos a 5 anos e 11 meses; e tem como diretrizes de aprendizagem e desenvolvimento estimular as crianças a conviverem, brincarem, participarem, explorarem, expressarem e conhecerem-se. Já no ensino fundamental a estrutura é dividida pelos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano). Dentro dessa estrutura, as áreas de conhecimento que acompanharão os alunos durante esses nove anos serão linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso. A BNCC busca que o aluno apresente um conjunto de habilidades ao final do ensino fundamental através de diferentes objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) organizados por unidades temáticas, ou seja, busca garantir um nível mínimo de qualidade do aprendizado.

3.6. Recentes mudanças no ensino médio

Em 2017 foi iniciada, a partir de Medida Provisória, a discussão sobre a reforma do atual ensino médio. Essa mudança altera a estrutura do ensino, tornando sua grade mais flexível e permitindo que o aluno escolha a área de conhecimento de especialização. Essas áreas são divididas em linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional. A grade será definida pela BNCC e independentemente da área escolhida, as matérias de matemática e português serão obrigatórias. De acordo com o MEC, essa reforma busca adaptar o aprendizado com os interesses do aluno, preparando-o para cursar o ensino superior ou ir para o mercado de trabalho.

Além disso, a reforma trata da ampliação das matrículas em tempo integral. Segundo o PNE o país deve ter pelo menos 25% das matrículas no tempo integral e até o momento apenas 5% delas atendem essa meta. Já o ensino profissional será facilitado, visto que a carga horária do técnico poderá ser incorporada a do regular, enquanto que atualmente é obrigatório cursar 2.400 horas de ensino médio regular e mais 1.200 horas de técnico.

Essa reforma acendeu o debate sobre o objetivo da educação parecido com o período de Vargas entre o ensino profissionalizante e propedêutico. A obrigatoriedade de algumas matérias, principalmente de humanas, como sociologia, filosofia e artes vem sendo questionada e segundo a página do MEC que informa sobre as mudanças do ensino médio, essas matérias permanecerão sendo obrigatórias, contudo as únicas obrigatórias durante os três anos serão português e matemática. Quanto a facultatividade de disciplinas, o inglês passa a ser obrigatório a partir do 6º ano do ensino fundamental, atualmente as escolas são obrigadas a ofertar uma língua estrangeira podendo optar entre o inglês e o espanhol. Até o momento a resposta oficial do Governo é de que todos esses temas serão analisados e definidos pela BNCC.

3.7. Prova Brasil, Saeb e Ideb

Como vimos nas obrigações constitucionais de cada esfera de poder público relativas a educação, a União ficou responsável, dentre outras coisas, pela avaliação e medição de qualidade do ensino em todo o território nacional. Nesse campo foram feitos diversos avanços, dos quais apontaremos alguns na próxima seção, com foco no ensino básico.

As duas primeiras formas e que estão ligadas à terceira são o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), instituído em 1990, e a Prova Brasil, em 2005. A última consiste em um questionário de português, com foco em leitura, e matemática, com foco em resolução de problemas, para avaliar a qualidade do ensino público. Além disso, essa prova apresenta outro caráter essencial para a política pública, o questionário socioeconômico a nível municipal. Ele permite coletar informações sobre o contexto de vida dos alunos e permite que as decisões da escola sejam melhor tomadas de acordo com o perfil de seus alunos. Já o Saeb é parecido com a Prova Brasil, com exceção que ele se aplica aos Estados e ao país e por isso não é possível fazer uma análise de perfil socioeconômico tão apurada quanto da Prova Brasil. Segundo o MEC, as médias dessas avaliações compõe parte do cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A terceira forma de avaliar é o Ideb, criado em 2007. Esse índice consiste no cálculo entre os resultados obtidos nas duas provas citadas no parágrafo anterior mais os dados de aprovação escolar obtidos no Censo Escolar. Essas informações permitem calcular não apenas o desempenho em avaliações dos alunos, mas também o fluxo escolar.

4. Balanço dos principais resultados nas políticas públicas de educação

4.1. Cobertura

Para que possamos compreender de que forma o Estado investe na educação pública e quais são as barreiras que possui, vamos analisar as formas de arrecadação. A primeira forma, e mais intuitiva, são as receitas oriundas de impostos que cada esfera de poder tem direito. Todavia, nem só de impostos sobrevive o Estado, é preciso generalizar os tipos de receita que eles recebem: os tributos.

Os tributos são receitas que podem ser divididas em algumas categorias de acordo com sua “espécie”: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e econômicas e empréstimos compulsórios. Essas espécies podem ser agrupadas em tributos vinculados e não vinculados. Os tributos vinculados são todos aqueles que ao serem arrecadados tem um fim pré determinado de acordo com o motivo da tributação, entre eles taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios. Os não vinculados são os impostos, livres para o Estado utilizar onde julgar necessário e para realizar o pagamento da folha salarial. Essas diferentes formas de arrecadação estão previstas na Constituição, título VI, capítulo 1, seção 1.

A União dispõe das Contribuições, Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR) e Impostos de Importação (II). Os Estados dispõe do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Já os municípios dispõe do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Isso significa que os impostos acima são não vinculados e podem ser utilizados para diferentes finalidades de gasto do Estado, diferentemente do que algumas pessoas associam ao papel do IPVA e do IPTU como impostos para melhoria de estradas e ruas.

Para formar seu orçamento, o poder público estadual e municipal não contam apenas com as arrecadações próprias previstas acima. Esses Governos dependem das transferências constitucionais, previstas no título VI, capítulo 1, seção VI. Entre os artigos está a criação do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dessa forma, 21,5% da arrecadação proveniente do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é transferida ao FPE e 23,5% ao FPM. Além

dos recursos desses fundos, há ainda outras transferências realizadas entre União, Estados e Municípios.

Tabela 1 – Arrecadação e distribuição dos recursos de União, estados, DF e municípios - 2016

Esfera de Governo	RS Bilhões	%	% PIB	Per capita (RS)
União				
Receita Disponível	1103,9	100,00	17,61	5.356,5
Arrecadação direta	1339,4	121,33	21,37	6.499,2
Transferências Constitucionais	-	-	-	-
Estados				
Receita Disponível	526,7	100,00	8,40	2.555,8
Arrecadação direta	560,8	106,47	8,95	2.721,3
Transferências Constitucionais	115,7	21,97	1,85	561,4
União para Estados	115,7	21,97	1,85	561,4
Municípios				
Receita Disponível	417,8	100,00	6,67	2.027,4
Arrecadação direta	148,2	35,47	2,36	719,1
Transferências Constitucionais	269,6	64,53	4,30	1.308,2
União para Municípios	119,8	28,67	1,91	581,3
Estados para Municípios	149,8	35,85	2,39	726,9
TOTAL	2048,4	100,00	32,69	9.939,9

Elaboração de José Roberto Afonso e Kleber Castro; Fonte Primária: STN.

Na tabela acima temos os dados de 2016 para a receita disponível de cada esfera de Governo. Nela conseguimos ver, de certa forma, como é a estrutura de receita disponível das esferas de poder público antes e após transferências. Com isso, se considerarmos o total da arrecadação direta, a União responde por 65% do total, os Estados 27% e os municípios 7,2%. Para calcular a Receita Disponível, consideramos as transferências constitucionais realizadas e os repasses entre as esferas, donde os Estados recebem uma parte da União e os municípios recebem tanto da União quanto dos Estados. Após elas, observamos que a União fica com apenas 53% da arrecadação total, os Estados 25% e os municípios 20,39%.

Diante disso, observamos que os municípios se beneficiam bastante das transferências constitucionais, quase triplicando o total de receita, e que a União perde uma parte do que arrecada. Esses recursos são utilizados para todas as necessidades de gasto, inclusive com educação. Vamos ver a partir de agora de que forma esses recursos se aplicarão sobre a educação básica.

Quadro 1 – Programas e ações por níveis e modalidades e seus benefícios/beneficiários

Discriminação	Principais Programas/Ações	Tipo de Benefício	Quantidade de benefícios concedidos	
			1991	2009
Níveis/modalidades de educação	Educação Especial	Matricula	nd	89 mil
	Educação da Criança de 0 a 6 Anos	Matricula	2,6 milhões	4,9 milhões
	<i>Creche</i>	Matricula	nd	1,2 milhões
	<i>Pré-escola</i>	Matricula	nd	3,7 milhões
	Ensino Fundamental	Matricula	27,0 milhões	27,9 milhões
	<i>Regular</i>	Matricula	25,6 milhões	27,9 milhões
	<i>Classe de Aceleração</i>	Matricula	1,4 milhões	nd
	Ensino Médio e Profissionalizante	Matricula	2,8 milhões	7,4 milhões
	Ensino Superior	Matricula	660,5 mil	1,4 milhões
	<i>Ensino de graduação</i>	Matricula	605 mil	1,3 milhões
	<i>Ensino de pós-graduação</i>	Matricula	55,5 mil	123,2 mil
	<i>Mestrado</i>	Matricula	36,6 mil (1996)	75,5 mil (2008)
	<i>Doutorado</i>	Matricula	18,9 mil (1996)	47,7 mil (2008)
	Ensino Supletivo e Educação de Jovens e Adultos	Matricula	nd	4,5 milhões
Apoio ao educando	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Alunos atendidos	33,2 milhões (1995) (140 dias)	47,0 milhões (200 dias)
	Programa do Livro didático	Livros adquiridos	80,2 milhões (1995)	110,2 milhões
	Transporte escolar	Alunos transportados	nd	4,6 milhões
	Caminho da Escola	Aquisição de veículos	nd	3,5 mil
	Programa Biblioteca da escola	Livros adquiridos		10,3 milhões

Fonte: INEP/MEC e FNDE/MEC. Elaboração: Ipea

No quadro 1 vemos o crescimento no número de beneficiados pelo sistema público de educação. Contando todos os níveis de educação, o total de alunos passou de 33,06 milhões em 1991 para 46,1 milhões em 2009. Ainda mais impressionante é o crescimento de alunos cursando o ensino médio e profissionalizante (aumento de mais de 2,5 vezes) e o ensino superior (aumento de mais de 2 vezes). De certa forma, os avanços nos números demonstram o comprometimento do Governo em buscar atingir a universalização do ensino básico. Entretanto, como analisaremos mais a frente, ainda há um caminho a percorrer para chegar de fato a esse grau e, mais que isso, para que se atinja o nível de ensino considerado adequado.

Observamos também nesse quadro os programas do Governo para auxílio da educação, definidos como “apoio ao educando”. Alguns números podem parecer estranhos, pois são maiores do que a soma do número de alunos das respectivas colunas, contudo isso pode ser explicado, pois os programas não destinam-se apenas aos alunos das escolas públicas, ele se estende às escolas filantrópicas e entidades comunitárias conveniadas com o poder público. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é destinado para a compra do alimento dos alunos; os programas do Livro Didático e Biblioteca da Escola são para a aquisição de livro didáticos, pedagógicos e literários; o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar é pensado para os custos de manutenção de veículos próprios e contratação de terceiro para auxiliar alunos de áreas rurais que precisam se deslocar para a escola; por último, o Programa Caminho da Escola visa a renovação, ampliação e padronização da frota de veículos escolares voltados prioritamente para alunos de zonas rurais e ribeirinhas.

Ao invés de repassar apenas dinheiro para as escolas, esses e outros programas visam vincular as despesas delas. Dessa forma, o FNDE busca obrigar que as escolas invistam em diferentes esferas da vida do aluno que podem ter impacto sobre o acesso e qualidade do ensino. Diante dos programas apresentados no quadro, podemos intuir o impacto deles para a melhora da educação pública; seja na facilitação da permanência e acesso a escola ou na melhora de índices de ensino básico.

Para entendermos como a estrutura de atendimento e auxílio educacional exposta se dá, vamos analisar como se financia o sistema educacional. Para isso, primeiro veremos a capacidade de financiamento público através do recolhimento de impostos da União, Estados e Municípios e em segundo vamos analisar o gasto público em educação considerando não apenas o recolhimento, mas seu nível global.

Antes de iniciarmos a análise do financiamento da educação através da arrecadação, é importante separarmos esse financiamento em vinculado e flexível. O financiamento vinculado é todo aquele que provém dos impostos e possui uma porcentagem mínima, prevista constitucionalmente, de aplicação no setor educacional e de tributos vinculados. Conforme vimos anteriormente, essa obrigação constitucional consiste em 18% dos recursos oriundos de impostos para a União e 25% para Estados e Municípios. Além desses elementos, acrescentamos mais um: salário-educação.

O salário educação, como vimos anteriormente, é uma contribuição social criada durante a Ditadura Militar que sofreu diversas modificações ao longo do tempo. Em sua última versão, no artigo 212 da Constituição e alterado pelo decreto 6.003/06, obriga as empresas, entidades públicas e privadas a contribuir para o Governo com a alíquota de 2,5% sobre o valor total de remunerações pagas aos funcionários.

Tabela 2 – Capacidade de financiamento público vinculado para a educação - 2000

Receita	Esfera Governamental	Próprios ¹	Transferências			Total
			União	Estados	Total	
Impostos/ Vinculações	União	7.777	-	-	-	7.777
	Estados	16.501	6.163	-	6.163	22.664
	Municípios	3.245	4.403	8.032	12.435	15.680
	Total	27.522	10.567	8.032	18.599	46.121
Salário-Educação	União	905	-	-	-	905
	Estados	1.819	-	-	-	1.819
	Total	2.725	-	-	-	2.725
Total	União	8.682	-	-	-	8.682
	Estados	18.320	6.163	-	6.163	24.484
	Municípios	3.245	4.403	8.032	12.435	15.680
	Total	30.247	10.567	8.032	18.599	48.846

Fonte: Cotepe e STN/Minfaz. Elaboração: Ipea (2003)

Na tabela 2 temos um exemplo da capacidade de financiamento público em educação com recursos vinculados. Na primeira linha vemos a junção entre impostos arrecadados e tributos vinculados a educação; na segunda vemos a contribuição do salário-educação e por último vemos o total. Assim, concluímos que para o ano 2000 a capacidade de financiamento público protegido em educação era de R\$ 48,8 bilhões. Supondo que todos os poderes cumpram a determinação constitucionalmente estabelecida, esse deveria ser o valor mínimo investido no setor.

Já o financiamento flexível é mais difícil de ser estimado, pois envolve negociações políticas a cada ano. Segundo de Castro e Sadeck (2003) “no caso da União, é constituído de recursos provenientes das contribuições sociais, que financiam principalmente os programas de assistência ao educando, de operações de crédito realizadas com organismos internacionais, dos recursos diretamente arrecadados, principalmente pelas Instituições Federais de Ensino Superior, e de convênios, entre outros. No caso de estados e municípios, é composto pelas operações de crédito realizadas com organismos nacionais e internacionais, por recursos diretamente arrecadados, por recursos de convênios e provenientes de demais fontes.”

4.2. Gasto

As tabelas seguintes demonstram a preocupação crescente do setor público com a educação. Ao menos de acordo com esses dados, o gasto público parece ter aumentado buscando alcançar as metas propostas pela PNE. Ainda mais interessante é notar o aumento do grau de importância que a educação básica tem adquirido. Conforme foi visto no histórico da educação brasileira, um dos grandes empecilhos no setor sempre foram as oportunidades escassas para a população no geral, principalmente aos de mais baixa renda, sendo os melhores colégios em sua maioria particulares, enquanto que os melhores públicos não ofereciam a assistência adequada para manutenção dos alunos de baixa renda. Esse elitismo na educação

básica resultava em um ensino superior excludente. Com isso, percebemos que se apenas uma pequena parcela da população tinha acesso ao ensino superior e esse tinha proporção de investimento público maior, logo essa parcela da sociedade tinha o privilégio de contar com dinheiro público para perpetuar a desigualdade de classes. Em contramão a essa tendência histórica, as próximas tabelas evidenciam a maior preocupação do poder público com a educação básica, tornando-a mais acessível e abrangendo um maior número de estudantes. Não somente isso, acrescenta-se também seu caráter universalista, à tona na diminuição da proporção de gasto com ensino superior/ensino básico e da política de cotas, que buscam reduzir as tendências de desigualdade ao fornecer uma maior e melhor base educacional para estudantes, independentemente de suas origens, etnias, convicções religiosas ou orientação sexual.

A tabela 3 nos apresenta a porcentagem do investimento público total em relação ao PIB separado por nível de ensino. A série temporal vem desde 2000 até 2014 e demonstra um aumento de 1,4% no gasto público nesse setor. Esse incremento se dá principalmente na educação básica, uma vez que o ensino superior apresentou um aumento de apenas 0,3% ao longo dos anos. É importante ressaltar, segundo Nascimento e Verhine (2018), que os gastos com o ensino superior incluem gastos dessas instituições de ensino com pesquisa e desenvolvimento e não é claro se também envolvem hospitais e museus universitários. O investimento público total engloba a ajuda financeira aos estudantes (bolsas e financiamento), despesas com pesquisa e desenvolvimento, transferências ao setor privado e a estimativa para o complemento da aposentadoria futura do pessoal que está na ativa.

Tabela 3 – Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)

Ano	Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)		
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino	
		Educação Básica	Educação Superior
2000	4,6	3,7	0,9
2001	4,7	3,8	0,9
2002	4,7	3,8	1,0
2003	4,6	3,7	0,9
2004	4,5	3,6	0,8
2005	4,5	3,6	0,9
2006	4,9	4,1	0,8
2007	5,1	4,2	0,9
2008	5,3	4,4	0,8
2009	5,6	4,7	0,9
2010	5,6	4,7	0,9
2011	5,8	4,8	1,0
2012	5,9	4,9	1,0
2013	6,0	4,9	1,1
2014	6,0	4,9	1,2

Fonte: Inep

A tabela 4 abaixo apresenta a evolução dos investimentos públicos direto por estudante e nível de ensino no Brasil desde 2000 até 2014 corrigido pela inflação de 2014. “O investimento público direto por aluno corresponde ao total investido diretamente pelo poder público (Ministério da Educação e Secretarias dos entes subnacionais) dividido pelo total de alunos da rede pública, em valores reais de 2014” (Observatório do PNE). De acordo com ela fica claro o aumento significativo do gasto em todos os níveis de ensino, saindo de R\$ 2.338 para R\$ 6.669 por estudante, quase três vezes mais.

Enquanto o gasto público por aluno teve um impressionante crescimento na educação básica, percebe-se que o investimento na educação superior ficou praticamente estagnado no mesmo período, havendo um aumento de pouco mais de R\$ 500,00 por aluno. Por outro lado, na educação básica esse montante saltou de R\$ 1.946 para R\$ 5.935,00. Os possíveis motivos para esse aumento significativo nesse grau de ensino veremos adiante quando analisarmos a proporção de gastos das diferentes esferas do poder público.

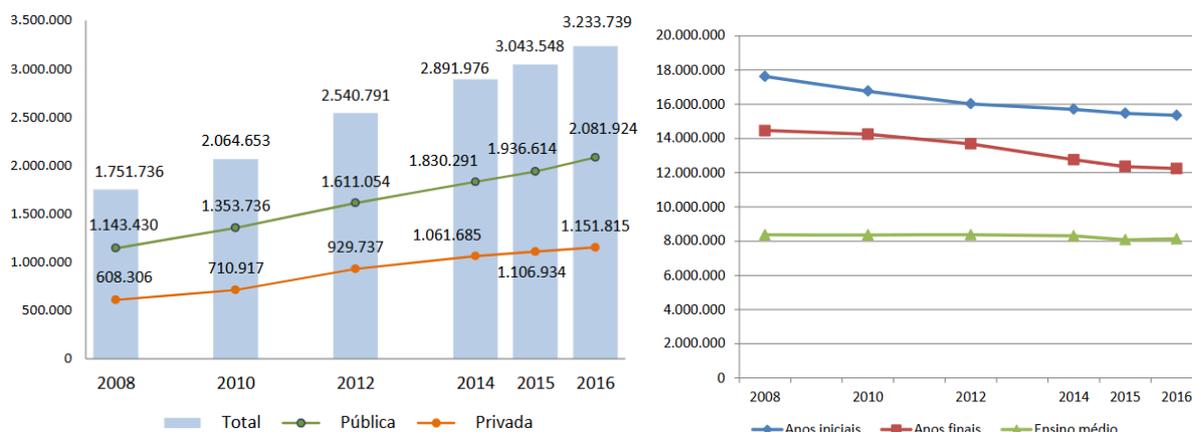
Ainda que tenhamos apontado o aumento expressivo do investimento na educação básica e a redução da proporção do gasto no ensino superior sobre o ensino básico, analisamos que ainda há uma disparidade grande entre esse e o maior nível de ensino. Mesmo com a tendência positiva de alta, o gasto por aluno na educação básica ainda é quase 4 vezes menor que o gasto por aluno do ensino superior. No entanto, essa diferença pode ser em parte explicada pelo aumento do número de alunos da educação básica. Segundo dados do Inep (2017), houve queda de matrículas de 2008 a 2016 tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, contudo houve aumento que mais que compensou essa queda no número de matrículas no ensino infantil. Conforme veremos no gráfico 3 mais adiante no trabalho, a taxa de frequência de alunos ao colégio tem sido cada vez melhor ao longo dos anos, entretanto o gráfico 1 nos mostra queda das matrículas de jovens nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, um dado do IBGE que pode nos ajudar a explicar essa queda de matrículas é a alteração na pirâmide etária que o Brasil vem passando. O número de jovens que se encontram na faixa correspondente ao ensino fundamental e ao ensino médio tem sido cada vez menor.

Tabela 4 – Investimento Público Direto por Estudante

Ano	Investimento Público Direto por Estudante R\$1,00			
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino		
		Educação Básica	Educação Superior	Proporção da Educação Superior sobre a Educação Básica (Estudante)
2000	2.338	1.946	21.341	11,0
2001	2.416	2.014	21.089	10,5
2002	2.397	1.986	19.531	9,8
2003	2.355	1.978	17.067	8,6
2004	2.497	2.135	16.157	7,6
2005	2.660	2.254	17.409	7,7
2006	3.164	2.749	18.023	6,6
2007	3.696	3.218	19.044	5,9
2008	4.183	3.695	17.602	4,8
2009	4.601	4.046	19.769	4,9
2010	5.294	4.654	21.013	4,5
2011	5.791	5.045	22.389	4,4
2012	6.168	5.472	20.335	3,7
2013	6.601	5.847	22.753	3,9
2014	6.669	5.935	21.875	3,7

Fonte: Inep

Gráfico 1 - Matrícula em creche por rede de ensino e evolução do número de matrículas por etapa de ensino



Fonte: Inep (2017)

A tabela 4 parece indicar investimento maior na ampliação do ensino superior em detrimento do ensino básico. Entretanto, com a tabela 3 temos a visibilidade de que a suposta discrepância que observamos na 4 trata-se apenas de uma diferença na proporção de alunos.

Já na tabela 5 temos o investimento público direto considerando a natureza de despesa. Há dois tipos de despesa: as despesas correntes e as despesas de capital. O primeiro envolve os gastos com recursos utilizados anualmente (como pessoal ativo e encargos sociais) e o segundo com construções, reformas, reparos em edificações, etc.

Essa tabela é interessante pois nos indica o sentido do aumento do gasto público com a educação. De 2000 a 2014 vemos que para todos os níveis de ensino houve aumento das despesas de capital, o que insinua um aumento da capacidade de infraestrutura. Entretanto, ao subdividirmos em educação básica e ensino superior veremos uma disparidade forte que nos ajuda a compreender o diferente grau de importância atribuído para o nível de ensino mais baixo e para o mais alto. Enquanto na educação superior o investimento público em infraestrutura saltou de 5% do gasto total para 8,1%, na educação básica houve queda de 0,2% em relação ao total do setor de ensino no mesmo período.

Vemos que no setor básico até os custos com pessoal e encargos sociais caiu em relação ao total, o aumento se deu no segmento de outras despesas correntes. Essas despesas podem ser descritas conforme o glossário do Senado Federal como despesas “em que se computam os gastos com a manutenção das atividades dos órgãos, cujos exemplos mais típicos são: material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, arrendamento mercantil, auxílio alimentação etc”. Dessa forma temos que o custo com a manutenção das escolas tem sido maior do que o gasto para melhora de infraestrutura e pagamento de salários da mesma.

Essa discrepância na natureza do investimento público entre o básico e o superior parece refletir a estratégia do Governo em investir nas universidades públicas para ampliar a quantidade de vagas. Contudo, talvez pela diferente atribuição de responsabilidade entre os poderes públicos e os níveis de ensino, não parece ter ocorrido movimento semelhante para os demais níveis no agregado. Parece nos deparar com uma situação onde há incentivo à expansão do maior nível de ensino, mas não há a mesma preocupação com o mais baixo.

Relacionando a tabela 3 com a 5, temos que o aumento do investimento público total em relação ao PIB, em particular no ensino básico, demonstra que houve um aumento do gasto grande na educação e se aparentemente ele não foi para criar maiores estruturas de ensino público, na verdade ele também o fez, mas a proporção dispendida em outras despesas correntes foi maior. Isso nos indica que o ensino público básico não foi deixado de lado e, pelo contrário, recebeu fortes investimentos, ao menos até 2014, e aumentou muito o número de alunos.

Tabela 5 – Proporção do investimento público em educação por natureza de despesa

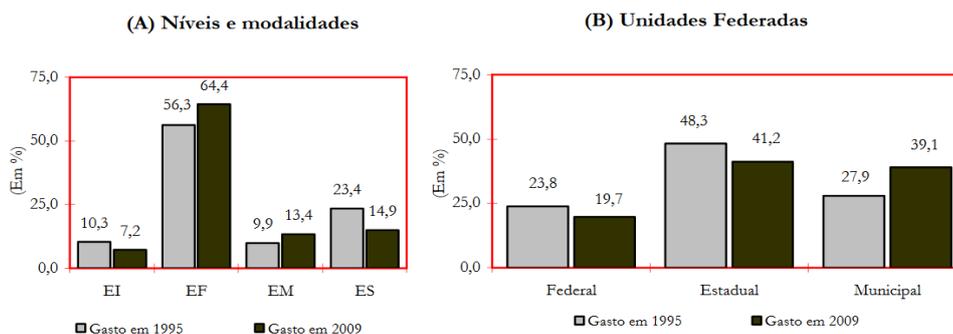
Estimativa da Proporção Relativa do Investimento Público Direto na Educação Básica e na Educação Superior, por Natureza de Despesa - Brasil 2000-2014															
Proporção do Investimento Público Direto por Natureza de Despesa (%)															
Ano	Todos os Níveis de Ensino					Educação Básica				Educação Superior					
	Total	Despesas Correntes			Despesas de Capital	Total	Despesas Correntes			Despesas de Capital	Total	Despesas Correntes			Despesas de Capital
		Total	Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes			Total	Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes			Total	Pessoal Ativo e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	
2000	100,0	93,2	70,4	22,8	6,8	100,0	92,8	69,4	23,3	7,2	100,0	95,0	74,5	20,5	5,0
2001	100,0	90,6	69,5	21,3	9,2	100,0	90,3	69,7	20,7	9,7	100,0	92,9	68,8	24,1	7,1
2002	100,0	92,2	67,8	24,7	7,5	100,0	91,7	66,2	25,5	8,3	100,0	95,8	74,4	21,4	4,2
2003	100,0	93,8	68,8	25,1	6,1	100,0	93,4	67,5	25,9	6,6	100,0	96,4	75,0	21,4	3,6
2004	100,0	93,8	67,7	26,4	5,9	100,0	93,5	65,8	27,7	6,5	100,0	96,7	76,7	20,0	3,3
2005	100,0	92,8	66,4	26,7	6,9	100,0	92,9	65,9	27,0	7,1	100,0	94,3	69,0	25,3	5,7
2006	100,0	93,0	66,1	27,2	6,6	100,0	93,4	65,1	28,3	6,6	100,0	93,3	71,9	21,4	6,7
2007	100,0	92,6	64,8	27,8	7,4	100,0	92,2	64,4	27,8	7,8	100,0	94,8	66,6	28,2	5,2
2008	100,0	92,2	64,1	28,2	7,8	100,0	92,1	63,9	28,2	7,9	100,0	93,3	65,2	28,0	6,7
2009	100,0	93,2	67,3	25,9	6,8	100,0	93,7	66,9	26,8	6,3	100,0	90,8	65,7	25,1	9,2
2010	100,0	92,7	65,5	26,9	7,3	100,0	93,0	64,4	28,6	7,0	100,0	91,5	67,5	24,0	8,5
2011	100,0	93,2	68,9	24,3	6,8	100,0	93,5	69,0	24,5	6,5	100,0	91,6	68,7	22,9	8,4
2012	100,0	91,2	63,8	27,4	8,8	100,0	91,4	63,7	27,6	8,6	100,0	90,3	64,2	26,1	9,7
2013	100,0	93,1	65,3	27,9	6,9	100,0	93,6	65,7	27,9	6,4	100,0	90,5	62,9	27,6	9,5
2014	100,0	92,8	64,9	27,9	7,2	100,0	93,0	65,1	27,9	7,0	100,0	91,9	64,0	27,9	8,1

Fonte: Inep

Se nas tabelas anteriores tínhamos o agregado de todos os poderes públicos, o gráfico abaixo nos ajuda a subdividir e analisar separadamente. A meta de universalização do ensino básico parece encontrar respaldo na prática de acordo com o gráfico 2a. Observamos nele que a proporção sobre o gasto total no ensino fundamental e médio aumentou em relação a 1995. Isso não significa que houve retração de gasto público no ensino superior e infantil, significa que, dos diferentes graus de ensino, houve maior reforço nos ensinos fundamental e médio.

A descentralização prevista na Constituição pode ser observada no gráfico 2b, onde estão os gastos proporcionais em relação a unidade federativa. O gráfico não significa uma redução do gasto absoluto da União ou dos Estados, ele demonstra que, em comparação com 1995, os municípios tiveram um incremento de gastos públicos em educação proporcionalmente maior do que os outros poderes públicos.

Gráfico 2 – Participação relativa dos gastos por nível/etapa/modalidade e por Unidade da Federação (1995-2005)



Fonte: Ipea. Elaboração: Ipea (2011)

Ainda que de acordo com a tabela 1, os Estados se apropriem de mais da metade dos tributos arrecadados no país, vemos que a proporção de recursos gastos com educação pelo Estado diminuiu em relação a 1995 e que a dos municípios aumentou. Esse aumento da participação de gasto do município no total pode ser explicado pela Constituição, pelo Fundef e por uma emenda constitucional de 1996. 25% dos recursos dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios se encontram vinculados à Educação, a Emenda Constitucional nº 14/96 vincula 60% desses recursos para o ensino fundamental, que é administrado em parte pelo Fundef. Como os municípios são prioritariamente os responsáveis pelo ensino infantil e fundamental e sendo o fundef criado para incentivar a taxa de matrículas, logo a sua participação nos gastos aumentou, pois houve um aumento na disposição de recursos no orçamento.

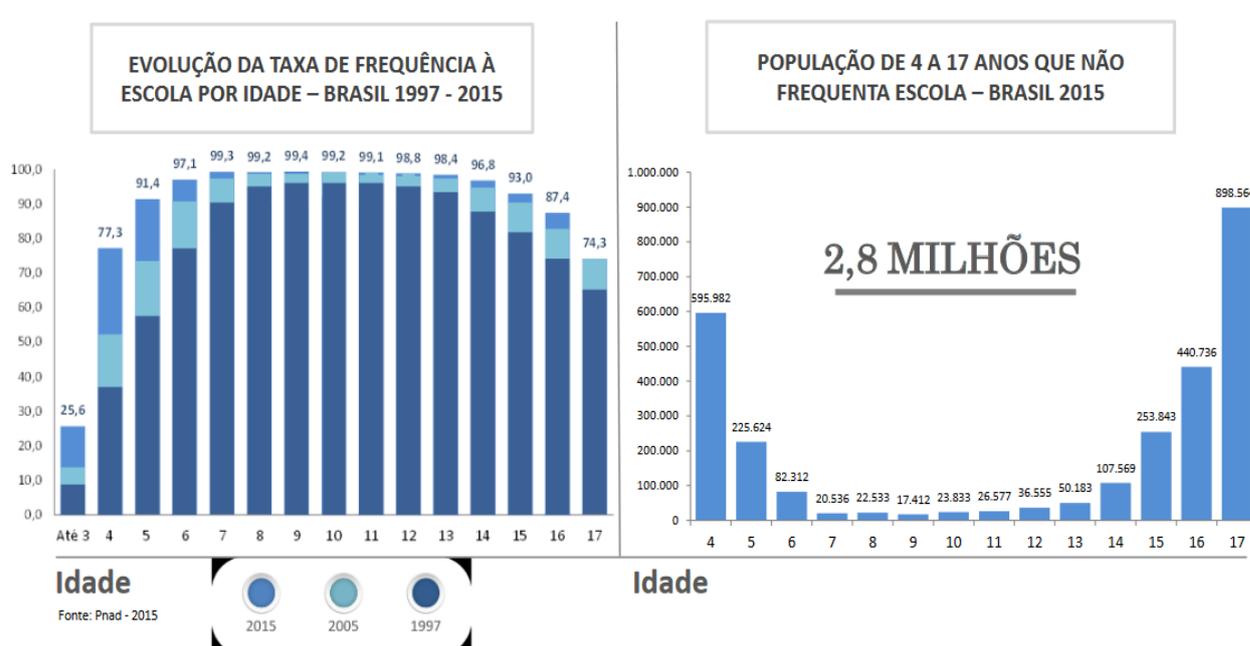
4.3. Aprendizagem

Após a apresentação de todas essas informações sobre como funciona o financiamento público e o gasto no Brasil e de que forma eles têm evoluído, vamos partir para a análise da mudança dos indicadores em educação. Para isso utilizaremos alguns índices e medições internacionais, que buscam observar se o aumento de oferta e investimentos teve reflexo no número de alunos e absorção do conhecimento.

O gráfico 3 mostra a evolução da taxa de frequência por idade e a população entre 4 e 17 anos que não frequentam a escola. O 3a demonstra que houve um forte aumento da frequência principalmente entre os 0 e 5 anos, idade que corresponde ao ensino infantil, o que vai de encontro à meta do PNE de universalizar esse módulo de ensino. Já para as demais idades, também houve melhor da frequência dos alunos, com exceção dos 17 anos, onde não houve avanço entre 2005 e 2015. Os três últimos anos de escola, correspondentes ao Ensino Médio, têm os piores dados de frequência desde o início do Ensino Fundamental aos 6 anos de idade.

A situação dos alunos do Ensino Médio é confirmada no 3b, que mostra o forte aumento nesse segmento de população que não frequenta a escola. Em 2015, do total de pessoas em idade escolar que não frequentavam a escola, mais de 1,5 milhão estavam nessa faixa etária. O desafio atual parece ser incentivar que os alunos dessa idade permaneçam no colégio ao invés de largarem os estudos. Essa queda de frequência pode ser parcialmente explicada pela inserção dos jovens no mercado de trabalho, contudo veremos mais adiante que isso não explica completamente, ainda mais se considerarmos as faixas de renda.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de frequência à escola por idade (1997 – 2015) e População de 4 a 17 anos que não frequenta escola (2015)



Fonte: MEC (2017).

A tabela 6 nos mostra os resultados do Ideb para três faixas da educação básica: primeiros anos do ensino fundamental, últimos anos do ensino fundamental e ensino médio. A série histórica começa em 2005 e vai até os dados mais recentes de 2015. Para que possamos compreender o quão bom ou ruim são os indicadores, é adicionada uma coluna com as metas para cada ano e marca-se de verde os anos que atingiram a meta estipulada.

Quanto aos anos iniciais do ensino fundamental, a perspectiva parece ser positiva, uma vez que a rede pública vem atingindo as metas todo ano desde 2005. Por outro lado, os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio não têm cumprido a meta desde 2013. Isso demonstra que o ensino não tem evoluído conforme as metas da PNE para alcançar o nível dos países desenvolvidos. Mesmo com diversos avanços no gasto público na educação e na taxa de frequência dos alunos, a escola não parece estar transmitindo de forma adequada para os alunos os conteúdos pragmáticos ou os alunos não estão conseguindo absorvê-los adequadamente. Veremos mais adiante uma possível causa para esses índices.

Tabela 6 – Resultados Ideb

Anos iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
Dependência Administrativa												
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.8

Anos finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
Dependência Administrativa												
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	5.2

Ensino Médio

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	5.2
Dependência Administrativa												
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.9

Fonte: Saeb e Censo Escolar. Elaboração: Inep (2016)

Outro sistema avaliativo tão importante quanto o Ideb é o Programme for International Student Assessment (PISA). O Ideb tem aplicação nacional com dados a nível municipal, já o PISA é uma prova aplicada entre alunos do 7º ano do ensino fundamental ao ensino médio pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que mede o desempenho dos alunos em áreas como ciências, matemática e leitura. Apesar de não fazer parte da OCDE, o Brasil participa de algumas amostragens feitas pela organização.

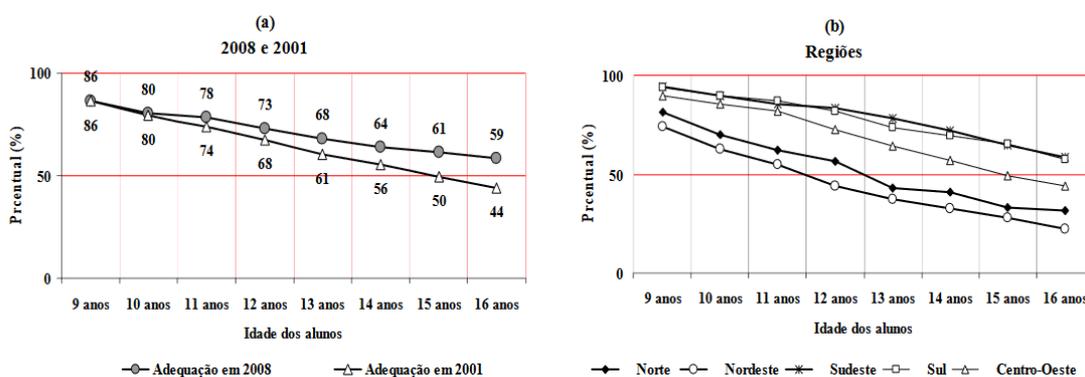
Como esperado, o PISA apresenta situação semelhante ao Ideb. Segundo relatório da OCDE (2015), o desempenho dos estudantes brasileiros está abaixo da média dos estudantes

em países da OCDE. A média dos países da OCDE em cada área é de 493 pontos em ciências, 493 em leitura e 490 em matemática. Já os estudantes brasileiros alcançaram 401, 407 e 377 respectivamente.

Outro dado extremamente importante para compreendermos o ensino no Brasil é o índice de adequação idade-anos de escolaridade. Esse índice nos permite ver se os alunos estão no período escolar adequado a sua idade, ou seja, se eles estão concluindo no período normal cada etapa de estudos. Para isso, o gráfico 4a faz uma comparação entre os anos de 2008 e 2001. Em 2008, 86% dos alunos de 9 anos estavam na série correta, enquanto apenas 59% dos alunos de 16 anos estavam na série correspondente. A queda brusca nesse espaço de 7 anos de estudo, mostra que muitos alunos repetem de ano e ficam fora da série correta, o que pode implicar em evasão escolar. Mesmo assim, houve melhora com relação a 2001, quando para a mesma faixa de 16 anos somente 44% estavam na série correta.

Apesar de não ser o foco deste trabalho, o gráfico 4b mostra a discrepância entre regiões do Brasil. O Sul e Sudeste apresentam os melhores índices de adequação, enquanto o Nordeste está isolado em último lugar. Essas diferenças podem ser correlacionadas com o dado de número de anos de estudo por localização da tabela 6. As regiões rurais apresentam menor número de anos de estudo e as urbanas, por sua vez, as maiores.

Gráfico 4 - Índice de adequação idade-anos de escolaridade

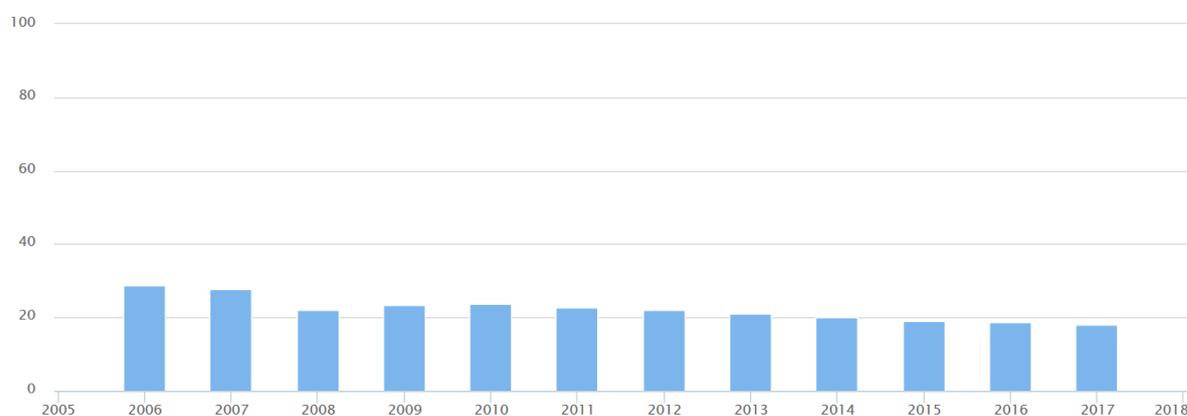


Fonte: Pnad (IBGE). Elaboração: Ipea (2011)

Infelizmente, não foi possível achar nenhum artigo ou página que citasse dados mais atuais da distorção de idade-série nos mesmos moldes do gráfico 4, contudo foi possível encontrar no site da ONG Observatório da Criança dados mais genéricos e extremamente atualizados.

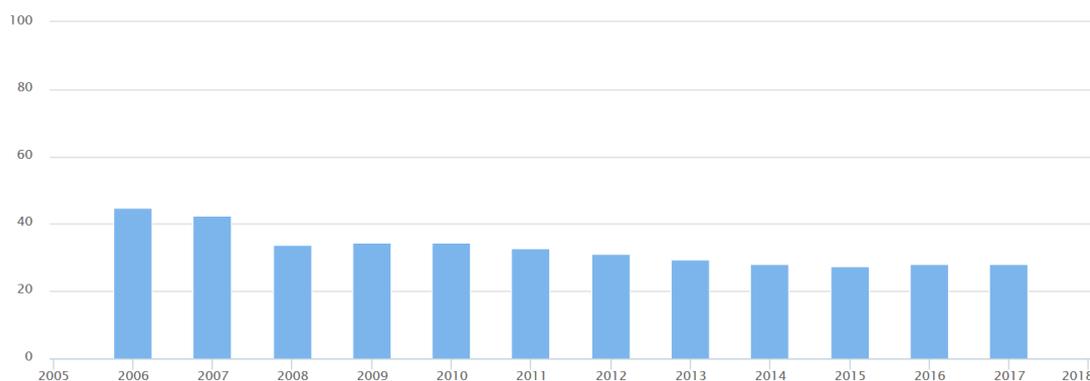
Vamos analisar os gráficos 5 e 6 para verificar a evolução desse índice em cada segmento de ensino e compará-lo com o último ano disponível no gráfico 4. No gráfico 5 temos a taxa de distorção para o ensino fundamental, de onde obtemos a informação que em 2008 a taxa de distorção média era de 22,1% e em 2017 era de 18,1%. Já no gráfico 6 da taxa de distorção para o ensino médio há uma queda mais acentuada de 33,7% em 2008 para 28,2% em 2017. Embora os números apresentem queda e consequentemente menos alunos tem repetido de ano, os números ainda são extremamente altos. É interessante notar que nenhuma meta do PNE aborda diretamente a distorção de idade-série, esse indicador é auxiliar para o fluxo escolar para o cálculo do Ideb.

Gráfico 5 – Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental



Fonte: MEC/ Inep/Deed. Elaboração: Observatório Criança (2018)

Gráfico 6 – Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio



Fonte: MEC/ Inep/Deed. Elaboração: Observatório Criança (2018)

Por esses dois últimos gráficos, podemos concluir então que do total de alunos da educação fundamental e média, componentes majoritários da educação básica, cerca de 23,15% encontram-se fora da série adequada. Isso indica que quase um quarto dos alunos parece

encontrar dificuldade em prosseguir os anos escolares da forma correta e ficam pelo caminho até conseguirem se formar.

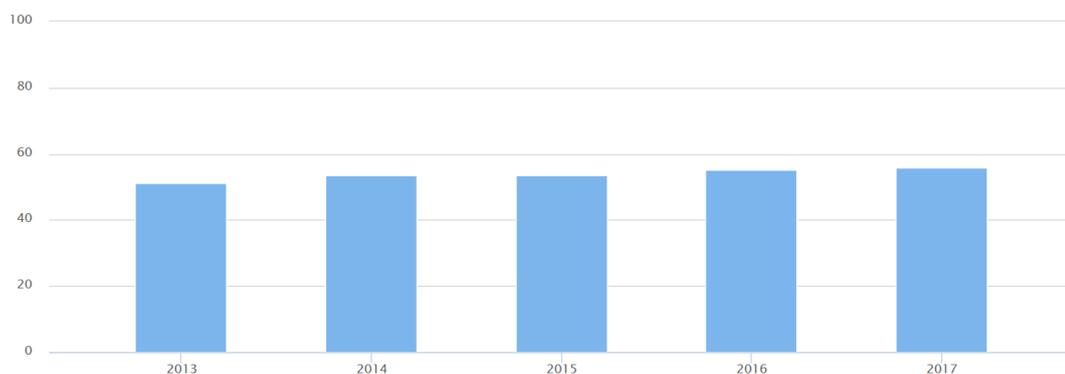
4.4. Formação docente

Conforme comentado na seção 4.3, foi levantada a questão se os baixos índices das escolas públicas no Ideb tinham relação com o aprendizado dos alunos ou com o ensinamento dos professores. Ainda que essa discussão exija uma análise muito mais complexa e apurada, iremos levantar um ponto importante para o avanço educacional de qualquer país: a adequação da formação docente.

O índice de adequação da formação docente classifica o docente de acordo com a sua formação inicial a cada disciplina que leciona. Para isso, os docentes são divididos em alguns grupos que os separam entre os que possuem licenciatura e lecionam na área de formação; com bacharelado, mas sem licenciatura, que lecionam na área de formação; com licenciatura, mas que leciona fora da área de formação; com bacharelado, mas sem lecionar na área de formação e docente sem nível superior.

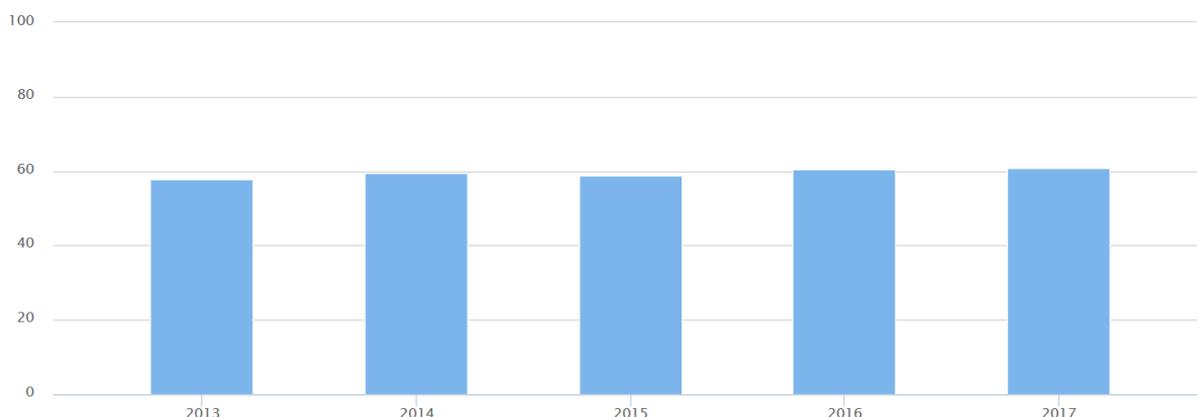
Os gráficos 7 e 8 mostram a adequação da formação docente no ensino fundamental e no ensino médio respectivamente. As mudanças ao longo da curta série histórica de 5 anos são ínfimas, mas os números são preocupantes. No ensino fundamental só 55,7% dos professores tem formação adequada para ministrar as disciplinas que dá aula. No ensino médio a situação é um pouco melhor, 61% deles têm formação adequada. Esses dados não ajudam a construir uma teoria do porquê as notas do Ideb não atingirem a meta estipulada, uma vez que os professores do ensino médio são aparentemente mais adequados para a função e nos últimos dois anos os alunos não atingiram a meta.

Gráfico 7 – Adequação de formação docente no Ensino Fundamental



Fonte: MEC/Inep/Deed. Elaboração: Observatório Criança (2018)

Gráfico 8 – Adequação de formação docente no Ensino Médio



Fonte: MEC/Inep/Deed. Elaboração: Observatório Criança (2018)

Apesar dos dados não auxiliarem nos motivos da nota do Ideb, ele não se torna menos preocupante. Utilizando esses dados, observamos que cerca de 58,35% dos professores não tem formação adequada para ministrar suas disciplinas. Ainda que esse pareça um número alto, ainda mais se comparado com outros dados de educação que já observamos, na prática quase metade dos professores não está apto a lecionar e isso impacta sobre o processo de aprendizagem dos alunos. É preciso realizar maiores investimentos na formação e atualização do corpo docente das escolas públicas brasileiras.

O Ministério da Educação (MEC) oferece alguns programas para a formação continuada dos professores, entretanto não há dados no portal oficial quanto ao alcance desses programas. São eles: Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; ProInfantil; Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor); Proinfo Integrado; e-Proinfo; Pró-letramento; Gestar II; Rede Nacional de Formação Continuada de Professores.

Esses são programas importantes para os professores que já se encontram no magistério público e demonstram a preocupação do poder público com a carreira docente. Por outro lado, de acordo com dados do Education at a Glance (2017), a remuneração dos professores do ensino básico no Brasil é de 13 mil dólares ao ano para início de carreira. Na comparação com os países desenvolvidos, os professores brasileiros ficam muito abaixo da média de 30 mil dólares ao ano. Outro fator determinante para a qualidade do ambiente de trabalho é a quantidade de professores por turma. No Brasil, a média é de 1 por turma no ensino fundamental 1 e 1,2 no ensino fundamental 2. A média dos países desenvolvidos é de 1,5 e 2 respectivamente. Ou seja, os professores não possuem formação adequada para dar aula no ensino básico, contudo falta ao Estado fornecer condições de trabalho e de remuneração adequadas ao exercício da

profissão. A falta de perspectiva pode influenciar até certo ponto na vontade dos professores se utilizarem dos programas de formação continuada fornecidos pelo MEC.

4.5. Desigualdade de renda e escolaridade

O último aspecto a ser analisado sobre a educação é como os alunos de mais baixa renda são afetados nos seus estudos pela sua condição econômica. Para isso, vamos analisar duas tabelas que, apesar de serem de 2009, são importantes para nos dar o norte dessa questão. Mais importante que a acuracidade dos dados nos dias de hoje, é a análise sobre o possível impacto dos estratos de renda e a escola.

Na tabela 7 busca-se analisar alguns indicadores sociais comparando dois segmentos de renda: 1º quinto (20% de menor renda) e 5º quinto (20% de maior renda). Vemos uma forte melhora nos indicadores entre 1995 e 2009, o que indica que as políticas públicas tomadas no setor resultaram positivamente. Destaca-se a forte melhora nos níveis iniciais de ensino. Essa melhora pode subentender maior preocupação da população com a educação, todavia os dados de financiamento apresentados anteriormente encontram nesses índices a consolidação da municipalização do ensino. A ampliação do capital disponível através dos fundos e os diferentes programas criados de assistência escolar parecem ser responsáveis por essa melhora acentuada no ensino infantil e fundamental. Ainda sobre o ensino administrado pelo município, apesar da melhora, alguns índices ainda se encontram longe da universalização pretendida. A taxa de frequência bruta à escola (0 a 3 anos) permanece em apenas 18,2% da população dessa idade e a taxa de 4 a 6 anos, ainda que em 81,3%, encontra-se distante de ser universal. Por outro lado, a frequência de 7 a 14 anos está próxima da taxa universal (98%).

A situação correspondente ao ensino médio, administrado pelos Estados, encontra-se bem mais precário que os níveis mais básicos. Do total de jovens entre 15 e 17 anos, apenas 50,9% frequentavam a escola. Isso parece afetar principalmente os jovens do quinto mais pobre, onde apenas 31,4% frequentavam o colégio. Ainda que o crescimento ano a ano tenha sido de aproximadamente 1,9%, o total ainda está muito distante da meta universal.

Por outro lado, a taxa de analfabetismo, ainda que reduzida, permanece muito grande. Em 2009 cerca de 10% da população com 15 anos ou mais era analfabeta, sendo os mais velhos (40+) os principais responsáveis por esse número. Isso indica que a alfabetização de base tem funcionado no geral, mas o ensino supletivo não tem sido tão eficaz ou não tem encontrado o financiamento que os outros ensinos.

Os índices dessa tabela apresentam a melhoria do ensino público no geral, contudo apresentam também um retrato de desigualdade. Mesmo nos melhores indicadores de frequência, a distância entre o quinto mais rico e o mais pobre é de aproximadamente 20 pontos percentuais. Já no ensino médio, a distância é de mais de 40 pontos. Acrescenta-se ainda que a taxa de analfabetismo é 9 vezes maior entre os mais pobres que entre os mais ricos. Em parte, isso pode ser explicado pela disponibilidade que os mais ricos têm de pagar por colégios mais caros, enquanto que os mais pobres podem recorrer somente ao ensino público e apresentam condições de vida inferiores.

Tabela 7 – Evolução da situação educacional da população brasileira (1995-2009)

Indicadores	Resultados/valores		Taxa de crescimento anual
	1995	2009	
Taxa de frequência bruta à escola (0 a 3 anos)	7,5	18,2	0,7
1º quinto	5,0	11,8	
5º quinto	15,8	35,0	
Taxa de frequência bruta à escola (4 a 6 anos)	53,4	81,3	1,9
1º quinto	41,2	75,2	
5º quinto	71,0	93,6	
Taxa de frequência líquida à escola (7 a 14 anos)	85,4	98,0	0,8
Taxa de frequência líquida à escola (15 a 17 anos)	22,1	50,9	1,9
1º quinto	nd	31,4	
5º quinto	nd	72,5	
Taxa de frequência líquida à escola (18 a 24 anos)	5,8	14,4	0,6
1º quinto	nd	7,9	
5º quinto	nd	52,7	
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	15,6	9,7	(0,4)
1º quinto	nd	18,1	
5º quinto	nd	2,0	
<i>Faixa Etária</i>			
15 a 17 anos	8,2	1,5	
18 a 24 anos	8,8	2,1	
25 a 29 anos	10,0	3,6	
30 a 39 anos	12,0	6,4	
40 anos +	29,2	16,5	
Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	5,5	7,5	0,1
1º quinto	nd	5,5	
5º quinto	nd	10,7	
<i>Localização</i>			
Urbano Metropolitano	6,6	8,7	
Urbano Não Metropolitano	5,4	7,6	
Rural	2,6	4,8	

Fonte: Pnad (IBGE). Elaboração: Ipea (2011).

Com a tabela 8, ampliamos os horizontes da 7, uma vez que vemos não apenas o quinto mais pobre e mais rico e sim todos os níveis de renda. Os dados mais baixos de escolaridade para os menores níveis e mais altos para os maiores níveis já era esperado baseado nos outros gráficos e tabelas apresentados até agora. Se agruparmos os extremamente pobres e pobres na mesma categoria (I) e os vulneráveis e não pobres em outra (II), impressiona o salto educacional que ocorre para esses dois extratos de renda. A escolaridade média vai de 4,3 anos de estudo para 9,3; a porcentagem de analfabetos absolutos vai de 24,6% para 3,4%; e os analfabetos absolutos ou funcionais de 43,9% para 10,6%.

Apesar da discrepância entre os dois maiores níveis de renda se mostrar baixa com relação a escolaridade, a diferença quando se considera a distorção idade-série se mostra igual ou maior à diferença entre Vulneráveis e Pobres. 19,7% dos jovens entre 7 e 14 anos do extrato de vulneráveis encontra-se fora da série adequada, os que estão entre 15 e 18 anos 16% está fora da série correspondente. Esse número cai drasticamente para 8,2% e 8,8% para o mesmo intervalo de idade entre os não pobres. Considerando que a escolaridade média e a taxa de analfabetismo entre Vulneráveis e Não Pobres é semelhante e a disparidade idade-série não é, concluímos que os alunos dentro da faixa vulnerável concluem o mesmo nível de ensino que os mais ricos, contudo demoram mais tempo no colégio para atingi-lo.

O retrato da desigualdade de renda no Brasil caminha lado a lado com a desigualdade educacional. Se considerarmos que os empregos com maiores salários exigem maior nível de educação e que os menores níveis de renda desfrutam menos do ensino, caímos em uma espiral de causalidade que perpetua os mais pobres na pobreza e os mais ricos na riqueza.

Tabela 8 – Escolarização e distorção educacional por extratos de renda (2009)

Estrato	Tamanho médio da família (n° de pessoas)	Escolaridade			Distorção idade série	
		15 a 64 anos			7 a 14 anos (em %)	15 a 18 anos (em %)
		Escolaridade média (em anos de estudo)	Analfabetos absolutos (em %)	Analfabetos absolutos ou funcionais (em %)		
Extremamente pobres	4,2	3,4	32,7	54,1	36,0	23,6
Pobres	4,6	4,3	24,6	43,9	30,7	20,7
Vulneráveis	2,7	9,3	3,4	10,6	19,7	16,0
Não pobres	2,8	9,5	2,3	8,9	8,2	8,8
Total	3,3	7,4	9,7	21,5	20,1	13,8

Fonte: Ipea. Elaboração: Ipea (2011)

Observação:

Extremamente pobres: as pessoas em famílias de renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 0 e menor que R\$ 67;

Pobres: as pessoas em famílias de renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 67 e menor que R\$ 134;

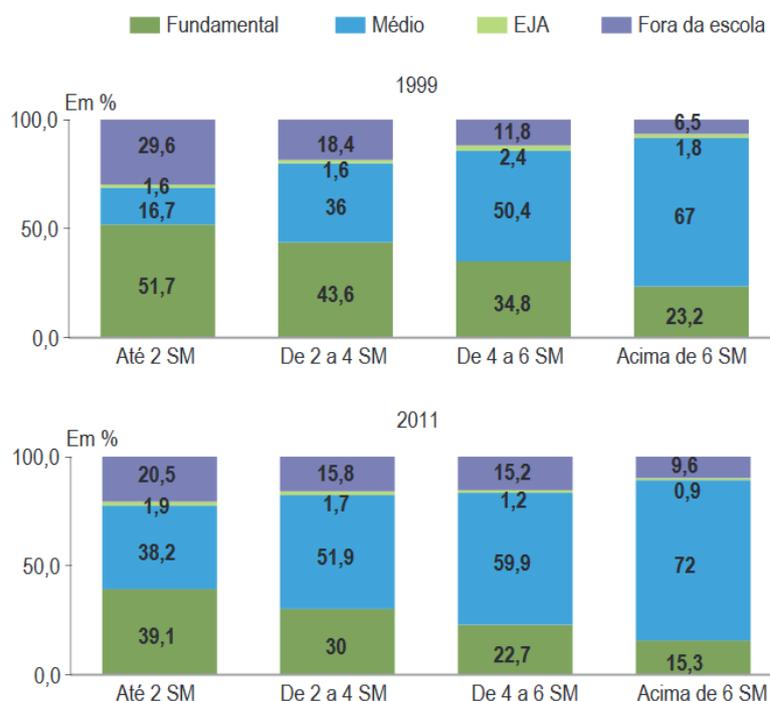
Vulneráveis: as pessoas em famílias de renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 134 e menor que R\$ 465 (salário mínimo de 2009)

Não pobres: as pessoas em famílias de renda domiciliar per capita maior ou igual a um salário mínimo de 2009

No gráfico 9 vemos a comparação entre os anos de 1999 e 2011 quanto a distribuição dos alunos por faixa de renda e nível de ensino. Além de já termos observado o gargalo do ensino médio, com queda de matrículas e de frequência do número de jovens de 15 a 17 anos, observamos agora que para aqueles com renda per capita menor a situação é mais grave. Apesar

da melhora nos indicadores entre 1999 e 2011, indicando que os alunos, independentemente do nível de renda, encontram-se mais frequentemente na série adequada para a idade e que menos jovens deixam de estudar, o efeito da desigualdade de renda sobre a desigualdade escolar ainda é grande. Dos jovens que possuem renda per capita de até 2 salários mínimos 38,2% estão cursando o ensino médio e 39,1% o ensino fundamental. Em contrapartida, para aqueles com renda per capita acima de 6 salários mínimos, esse número é de 72% e 15,3% respectivamente. Os jovens da faixa de renda mais baixa 20,5% encontravam-se fora da escola e dos de faixa mais alta apenas 9,6%.

Gráfico 9 – Distribuição dos adolescentes de 15 a 17 anos, por grupos de renda familiar, segundo frequência à escola e nível de ensino (1999 e 2011)



Fonte: Pnad (1999 e 2011). Elaboração: Seade (2013).

Esses números levantam a discussão sobre a situação desses jovens que estão fora da escola. Em um primeiro momento somos levados a acreditar que esse número é explicado pela inserção dos jovens no mercado de trabalho. Entretanto, a tabela 9 nos mostra uma situação mais preocupante. Dos jovens fora da escola em famílias com até 2 salários mínimos per capita, 72,9% não trabalham e nem estudam. Essa proporção diminui quanto maior o nível de renda per capita.

Os dados nos demonstram que a saída do adolescente para o mercado de trabalho em detrimento da educação é verdade apenas para aqueles onde as famílias têm níveis de renda

iguais e/ou maiores que 4 salários mínimos per capita. Para aqueles em domicílios entre 2 e 4 salários mínimos per capita a situação é quase idêntica entre os que trabalham e os que não estudam nem trabalham. A situação se torna calamitante para a parcela de adolescentes com menor renda familiar que não só deixam de estudar, como não trabalham para incrementar a renda da família. O problema do ensino, para esses jovens, não parece ser a atratividade do mercado de trabalho, mas sim o desestímulo de frequentar a escola. Esses dados são importantes para que o poder público possa tomar medidas de auxílio a permanência e que possa encontrar formas de tornar a educação atrativa para essa parcela da população.

Tabela 9 – Distribuição dos adolescentes de 15 a 17 anos que estão fora da escola, por grupos de renda familiar, segundo situação do trabalho

Situação de trabalho	Até 2 SM		De 2 a 4 SM		De 4 a 6 SM		Acima de 6 SM		Total	
	N. abs. (em mil)	%								
Só trabalham	168	27,1	180	44,3	85	57,3	46	59,9	480	38,3
Não estudam e nem trabalham	451	72,9	227	55,7	63	42,7	31	40,1	773	61,7
Total	619	100,0	407	100,0	149	100,0	77	100,0	1.254	100,0

Fonte: Pnad 2011. Elaboração: Seade (2013).

Ao menos para o caso das mulheres fora da escola de baixa renda, um forte motivo que afeta a continuidade dos estudos parece ser o nascimento de um filho. Conforme a tabela 10, quase metade das mulheres com renda per capita familiar de até 2 salários mínimos e fora da escola tiveram algum filho nascido vivo.

Tabela 10 – Distribuição das mulheres de 15 a 17 anos fora da escola, por grupos de renda familiar, segundo condição de ter tido filho

Teve algum filho nascido vivo	Até 2 SM		De 2 a 4 SM		De 4 a 6 SM		Acima de 6 SM		Total	
	N. abs. (em mil)	%								
Sim	144	41,7	38	25,1	10	19,9	4	18,9	198	34,4
Não	202	58,3	114	74,9	43	80,1	18	81,1	377	65,6
Total	346	100,0	152	100,0	53	100,0	22	100,0	575	100,0

Fonte: Pnad 2011. Elaboração: Seade (2013)

5. Considerações Finais

Diante dos resultados apresentados e do histórico brasileiro, vemos que a educação pública no Brasil parece ter atingido seu melhor momento até hoje. Isso não é fruto de políticas públicas de um governo, mas de diversos governos ao longo de séculos. Historicamente, os Governos têm privilegiado as universidades públicas, pois nelas se encontrava a elite brasileira. Recentemente, o aumento do investimento público em educação básica tem especial atenção dos poderes públicos. A descentralização, o FUNDEB, PNE, LDB e BNCC surtiram efeito sobre o desempenho e universalidade das escolas. O Governo estipulou formas nacionais de homogeneizar o ensino, financiá-lo e averiguar se ele está tendo a qualidade esperada.

Os dados das provas nacionais indicam o avanço da educação pública e o atendimento, por um período, das metas estabelecidas. Da mesma forma, os dados de acesso à educação pública e gasto governamental tiveram números impressionantes no último século e todos apontam para a preocupação do poder público no geral em buscar atender as metas estipuladas pelo PNE. Entretanto, essa situação vem se deteriorando junto a crise pública que se instalou no Brasil, principalmente a partir de 2013/2014.

Frente a esse contexto de crise, encontram-se os maiores desafios da educação pública no futuro. Os resultados das provas nacionais não têm atingido a meta nos últimos anos e os do PISA demonstra que o país se encontra muito aquém da média de países desenvolvidos. Em parte, o país melhora sua cobertura aos alunos, mas não atende os requisitos de qualidade para lhes dar melhor capacidade de interpretação, leitura e resolução de problemas matemáticos. Além disso, a recente proposta de reforma do ensino médio visa dar ao aluno a capacidade de escolher seu caminho profissional desde muito cedo. É questionável a maturidade que jovens de 14 e 15 anos possam ter para definir a área que gostariam de estudar no ensino superior. Mais uma vez parece que o poder público busca priorizar a educação para entrada no mercado de trabalho ao invés da educação mais generalista e de conhecimentos gerais, que não busca especializar o aluno tão precocemente.

Outro aspecto de deficiência no sistema de ensino brasileiro e muito discutido, apesar de poucas medidas serem tomadas são os professores de escola pública. A formação dos professores não é adequada para darem aulas, entretanto a falta de atratividade da carreira docente, seja pelos baixos salários ou pelas condições de trabalho precárias, torna difícil a reposição do magistério para os anos futuros. Esses empecilhos afastam da profissão jovens e

adultos que possuem vocação para a docência, mas que pensam na baixa remuneração e na falta de prestígio da profissão.

O desafio para a educação será alinhar o corte de gastos, a crise política e econômica, a necessidade de manutenção e ampliação do sistema de educação pública e o aumento da remuneração do magistério. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto dos gastos públicos (95/2016) impõe barreiras e desafios não só para o ensino público no Brasil, como também para outros setores dependentes de financiamento público, como saúde, habitação popular, assistência social, etc.

Referências Bibliográficas:

Brito, Silvia. A educação no projeto nacionalista do primeiro Governo Vargas (1930-1945). In: LOMBARDI, J. C.. (Org.). Navegando na história da educação brasileira. 1ed. Campinas: EDFE-UNICAMP, 2006, v. 1, p. 1-24.

Cunha, Célio da. Educação e autoritarismo no Estado Novo. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

de Castro, Jorge e Sadeck, Francisco. Texto para discussão 0955 – Financiamento do Gasto em Educação das Três Esferas de Governo em 2000, 2003.

Fábio, André. A Base Nacional Comum Curricular foi aprovada. Qual a avaliação destes 2 especialistas. Nexo Jornal. 2017.

Gomes, Marco. Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968). Unicamp: Defesa de Tese e Dissertação, 2001.

Gonçalves Neto, Wenceslau. Repensando a História da educação brasileira na Primeira República. O município pedagógico como categoria de análise. In: GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. (Orgs.). Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 19-35.

Hobsbawn, Eric J. A Era dos Impérios 1875-1914. São Paulo: 3ª ed., Paz e Terra, 1992.

Lopes, Silvana. A educação escolar na Primeira República: a perspectiva de Lima Barreto. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D. & NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). Navegando pela História da Educação brasileira. Campinas: Graf. FE; Histed-BR, 2006. CD-ROM.

Louzada, José Ricardo. As transferências governamentais obrigatórias da união para os estados, distrito federal e municípios: fontes, aplicação e fiscalização. Revista Organização Sistêmica, vol. 2, n.1, 2012

Minto, Lalo. Globalização, transição democrática e educação inter(nacional) (1984...). Campinas: Gráfica FE/Unicamp, 2006.

RAMOS, Abelardo, O que ‘eles’ querem, RCV, Petrópolis, ano 55, março de 1961, p. 198.

XAVIER, Maria Elizabete. Capitalismo e escola no Brasil: a Constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.

Sites Consultados:

Abicalil, Carlos. O Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração na educação. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Artigo_Abicalil_para_o_site.pdf. Acesso em 16/07/2018.

Amaral, Tânia. e Seco, Ana. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. 2012. Site do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) da Universidade de Campinas. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em: 02/06/2018

ANDREOTTI, Azilde. O Governo Vargas e o equilíbrio entre Pedagogia Tradicional e Pedagogia Nova. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html. Acesso em 07/06/2018

Antônio Delfim Netto, Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>. Acesso em 13/06/2018

ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em 02/08/2018

Base Nacional Comum Curricular. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 16/07/2018.

Beltrão, Tatiana. Reforma tornou o ensino profissional obrigatório em 1971. Senado notícias. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em 13/07/2018

Bomeny, Helena. A educação no segundo Governo Vargas. E ele voltou... o Brasil no segundo Governo Vargas, CPDOC. 2004. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/ElVoltou/Educacao>. Acesso em 12/07/2018

Carvalho, Rita de Cássia. As transformações do ensino no Brasil: análise das reformas. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_091.html. Acesso em 15/06/2018

Clark, Jorge. A PRIMEIRA REPÚBLICA, AS ESCOLAS GRADUADAS E O IDEÁRIO DO ILUMINISMO REPUBLICANO: 1889-1930. Site http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_primeira_republica_intro.html. Acesso em 02/06/2018

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 07/06/2018

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14/06/2018

Constituição do Estados Unidos do Brasil de 1946. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 12/06/2018

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 12/07/2018

Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. Site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 02/06/2018

Cunha, Luís e Xavier, Libânia. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldbem>. Acesso em 16/07/2018.

DECRETO Nº 29.741, DE 11 DE JULHO DE 1951. Criação do Capes. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>. Acesso em 12/07/2018

Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. Programa Nacional de Alfabetização. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13/07/2018

DECRETO Nº 55.820, DE 8 DE MARÇO DE 1965. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55820.htm. Acesso em 13/07/2018

DECRETO Nº 6.003 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006. Disponível em http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto6003_2006.htm. Acesso em 23/06/2018

DECRETO-LEI Nº 4.048, DE 22 DE JANEIRO DE 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em 12/07/2018

Decreto-Lei Nº 6.141, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1943. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/06/2018

Desenvolvimento humano e IDH. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em 28/06/2018

Education at a glance, 2017. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm>. Acesso em: 23/08/2018

Emenda Constitucional nº 14/96. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm. Acesso em 19/06/2018

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc53.htm. Acesso em 16/07/2018.

Ensino Médio em Debate. Disponível em <http://www.ondajovem.com.br/acervo/20/ensino-medio-em-debate>. Acesso em 12/07/2018

Estrutura da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#estrutura>. Acesso em 16/07/2018.

Faria, Nathalia. O Governo João Goulart e os Movimentos de Educação e Cultura Popular: Conscientização e Independência Política Internacional. Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-RIO, 2012. Disponível em http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338387875_ARQUIVO_GovernoJoaoGoularteMovimentosdeEducacao-NathaliaRodrigues.pdf. Acesso em 13/07/2018

Formação continuada para professores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/formacao>. Acesso em: 23/03/2018

FONSECA, Bianca Trindade da. Reflexões Acerca da Educação Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985): O desenvolvimento da história da educação brasileira durante período de Ditadura Militar (1964-1985). 2014. Disponível em:

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 13/06/2018

Fonseca, Sônia. A hegemonia jesuítica (1549-1759). Site do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) da Universidade de Campinas. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_jesuitico_intro.html. Acesso em: 02/06/2018

Fundef. Disponível em <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>. Acesso em 19/06/2018

Heymann, Luciana. A trajetória política de João Goulart. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Desafios_e_rumos_da_politica_educacional. Acesso em 16/07/2018.

História do BNDES. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia>. Acesso em 12/07/2018

História do Capes. Disponível em <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em 12/07/2018

História do CNPQ. Disponível em <http://cnpq.br/a-criacao>. Acesso em 12/07/2018

História do FNDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 12/07/2018

História do IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>. Acesso em 12/07/2018

História do Senai. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/historia/>. Acesso em 12/07/2018

Histórico do Finep. Disponível em <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/historico>. Acesso em 13/07/2018

Histórico Fundeb. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico>. Acesso em 19/06/2018

Ideb. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em 17/07/2018.

Introdução da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>. Acesso em 16/07/2018.

Júnior, Manuel. SESI, SENAI, SEBRAE: mais contribuições exigidas indistintamente das empresas de transportes. Jus, 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2881/sesi-senai-sebrae-mais-contribuicoes-exigidas-indistintamente-das-empresas-de-transportes>. Acesso em 13/08/2018.

LEI de 15 de Outubro de 1827. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/lei-de-15-de-outubro-de-1827.html>. Acesso em 02/06/2018.

LEI Nº 1.310, DE 15 DE JANEIRO DE 1951. Criação do CNPq. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1310.htm. Acesso em 12/07/2018

LEI Nº 1.628, DE 20 DE JUNHO DE 1952. Criação do BNDE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1628.htm. Acesso em 12/07/2018

LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm. Acesso em 16/07/2018

LEI Nº 4.024 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 12/06/2018

LEI Nº 5.537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5537.htm. Acesso em 12/07/2018

LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Reforma do ensino superior. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 13/06/2018

LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. LDB de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 13/06/2018

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em 14/06/2018

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. LDB de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 16/07/2018.

LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996. Lei do Fundef. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm. Acesso em 16/07/2018

Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/06/2018

Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/06/2018

Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11/06/2018

Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>. Acesso em 11/06/2018

- Lessa, C. A opção pelos pobres e a crítica de Delfim Netto, 2007. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lessa140207.pdf>. Acesso em 13/06/2018
- MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A Educação na Primeira República. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_057.html. Acesso em 07/06/2018
- Maneira, Eduardo. Apontamentos sobre as espécies tributárias, 2013. Disponível em <https://sachacalmon.com.br/wp-content/uploads/2013/01/Das-esp%C3%A9cies-tribut%C3%A1rias.-Livro-OAB.pdf>. Acesso em 21/06/2018
- Moço, Anderson. Balanço do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010. Nova escola, 2010. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/2901/balanco-do-plano-nacional-de-educacao-pne-2001-2010>. Acesso em 16/07/2018
- Nascimento, Manoel. Educação e Nacional-Desenvolvimentismo no Brasil. Site do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) da Universidade de Campinas. Fonte: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_nacional_desenvolvimentista_intro.html#rodape. Acesso em 12/06/2018
- Nascimento, Maria. O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). Site do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) da Universidade de Campinas. Fonte: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_jesuitico_intro.html. Acesso em: 02/06/2018
- Nascimento, Paulo A. e Verhine, Robert. Considerações sobre o investimento público em educação superior no Brasil. Radar nº 49, 2017. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7648/1/Radar_n49_considera%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 23/08/2018
- Novo Ensino Médio. Disponível em http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01. Acesso em 17/07/2018.
- O Fundef e o professor. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/prof.pdf>. Acesso em 16/07/2018
- O Plano (Programa) de metas – 1956/1961. Disponível em <http://www.nudes.ufu.br/disciplinas/arquivos/PLANO%20DE%20METAS.pdf>. Acesso em 12/07/2018
- Otranto, Celia e Pamplona, Ronaldo. Educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: dicotomia na educação e na sociedade brasileira. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/873.pdf>. Acesso em 12/07/2018
- Outras despesas correntes. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/outras-despesas-correntes>. Acesso em 03/07/2018

Plano Nacional de Educação de 2014. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 14/06/2018

Programa Caminho da Escola. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola>. Acesso em 15/06/2018

Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em 15/06/2018

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate>. Acesso em 15/06/2018

Programas de alfabetização não conseguiram atingir metas. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/27097/programas-de-alfabetizacao-nao-conseguiram-atingir-metas/>. Acesso em 13/07/2018

Programas do Livro. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro>. Acesso em 15/06/2018

Salário-Educação. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/sobre-o-plano-ou-programa/entendendo-o-salario-educacao>. Acesso em 02/08/2018

SILVA, Romeu Adriano da. Golpe militar e adequação nacional à internacionalização capitalista (1964 a 1984). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_militar_intro.html. Acesso em 13/06/2018

Sistema S. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em 02/08/2018

SOARES, Glaucio Ary et al. 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. 1994. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/171.pdf. Acesso em: 13/07/2018

Tributos vinculados e não vinculados, Portogente. Disponível em <https://portogente.com.br/portopedia/85465-tributo-vinculado-e-nao-vinculado>. Acesso em 21/06/2018

Dados Consultados:

Adequação da formação docente no Ensino Fundamental. Disponível em <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-fundamental/1077-adequacao-da-formacao-docente-no-ensino-fundamental?filters=1,1679>. Acesso em 18/07/2018

Adequação da formação docente no Ensino Médio. Disponível em <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-medio/1079-adequacao-da-formacao-docente-no-ensino-medio?filters=1,1708>. Acesso em 18/07/2018

Censo Escolar 2016 – Notas Estatísticas. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>. Acesso em 02/08/2018

Censo Escolar da Educação Básica 2016 – Notas estatísticas, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em 13/08/2018

Comunicado do Ipea – dezembro - nº 124, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12630. Acesso em 15/06/2018

De Castro, Maria Helena; Torres, Haroldo e França, Danilo. Os jovens e o gargalo do ensino médio brasileiro. 1ª análise SEADE, 2013. Disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Primeira_Analise_n5_agosto_2013.pdf. Acesso em 23/08/2018

Financiamento da Educação, Observatório do PNE. Disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/20-financiamento/indicadores>. Acesso em 26/06/2018

Ideb – Resultados e metas. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2184909>. Acesso em 18/07/2018

Investimento Público Direto por Estudante (2000 a 2014) – tabela. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em 26/06/2018

Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%) (2000 a 2014) – tabela. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em 26/06/2018

Pessoal e Encargos Sociais. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/pessoal-e-encargos-sociais>. Acesso em 28/06/2018

Pirâmide Etária do Brasil. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 23/08/2018

PISA 2015 – Relatório OCDE. Disponível em http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_2015_brazil_pt.pdf. Acesso em 18/07/2018

PISA. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/pisa>. Acesso em 18/07/2018.

Proporção do Investimento público em Educação por Natureza de Despesa (2000 a 2014). Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em 28/06/2018

Prova Brasil. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em 17/07/2018.

Ranking de universidades. Disponível em <https://www.topuniversities.com/university-rankings>. Acesso em 27/06/2018

Relatório de análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012. MEC, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-

analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03/07/2018

Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental. Disponível em <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-fundamental/550-taxa-de-distorcao-idade-serie-no-ensino-fundamental?filters=1,103>. Acesso em 18/07/2018

Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio. Disponível em <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-medio/561-taxa-de-distorcao-idade-serie-no-ensino-medio?filters=1,130>. Acesso em 18/07/2018